

**As condições de acessibilidade à informação e a
participação política da população S/surda portuguesa**

Sara Martins

Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação – Ramo de especialização em
Comunicação e Política

Orientadora:

Doutora Susana Santos, Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Sociologia da Escola de
Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Dr. Paulo Pedroso, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas da
Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

setembro, 2018

AGRADECIMENTOS

Num caminho que demorou cerca de dois anos a percorrer, o processo de concretização desta dissertação final de Mestrado incorporou, obviamente e claramente, várias pessoas tão essenciais à sua realização como a própria mestranda. Por entre imprevistos, desvios e a necessidade de retroceder e reconstruir melhor a “estrada”, a sua ajuda foi imprescindível para chegar a este momento. Antes de abordar o tema que aqui nos traz e as conclusões a que foi possível chegar é, por isso, imperativo agradecer:

À **Dr^a. Susana Santos**, pela sua inesgotável paciência e disponibilidade, não só no papel de orientadora académica, mas enquanto personificação do ‘conceito’, tão comum em português do Brasil, de “sororidade”, através de toda a sua preocupação e compreensão ao longo destes dois anos.

Ao **Dr. Paulo Pedroso**, por toda a sua disponibilidade e capacidade de me ensinar o mínimo sobre um tópico, anteriormente totalmente desconhecido por mim.

À **FPAS**, à **ASP** e **APS**, por toda a disponibilidade que sempre demonstraram para participar e fornecer informação necessária a este trabalho.

A **todos os entrevistados** que permitiram, gentilmente, à mestranda uma imersão – ainda que muito subtil - na realidade da população surda portuguesa.

Ao **Nuno**, intérprete de Língua Gestual Portuguesa e responsável por todas as traduções presentes no inquérito por questionário disponibilizado online.

À **Dr^a. Sara Palhinha**, por todas as bóias de salvação enviadas ao longo do processo de escrita desta dissertação e pela paciência inesgotável para todos os momentos de dúvida e desmotivação. Sem esquecer os momentos de humor irónico, o maior boost de energia conhecido em todos os tempos.

À **minha família, em especial aos meus pais**, pelo apoio incondicional e por me ensinarem a nunca desistir do que verdadeiramente me interessa e fascina.

À **Catarina**, a minha criança grande, por me ensinar a beleza de se ser uma metamorfose ambulante e se reinventar todos os dias.

À **Cristiana e ao André** (entre tantos outros) por dois anos maravilhosos e pelas maratonas motivacionais, sempre acompanhadas de gargalhadas e abraços - que nem o Atlântico conseguiu separar.

Ao **João**, pelas palavras de incentivo e as horas de companhia na escrita. E por ser o maior crente na conclusão desta dissertação.

E, por fim, mas talvez acima de tudo, à **jovem S/surda do autocarro 742 da Carris**, que abriu o maior sorriso que alguma vez vi quando, rudimentarmente, lhe esbocei um “boa-noite” e um “obrigada” em LGP – como se o seu dia se tivesse tornado, de repente, mais bonito. Que esta dissertação consiga ser o pequeno passo a que se propõe, na direção de um Mundo onde encontrar alguém com quem ela consiga comunicar seja a regra e não a excepção.

“Discourses are not once and for all subservient to power or raised up against it, any more than silences are... discourse transmits and produce power, it reinforces it, but also undermines and exposes it, renders it fragile and makes it possible to thwart it. In like manner, silence and secrecy are a shelter for power, anchoring its prohibitions, but they also loosen its hold and provide for relative obscure areas of tolerance.”

Foucault, 1981

“(...)It always comes down to education and information – then you get to make a decision... in participation. If we have good education and good information we can make good decisions.”

In Hammel, 2007:1452

“Fully participating is having access to all those things. If you want to make a political contribution, then to fully participate you have access to the political arena. You’re able to go to political meetings and rallies or organizational type things. If you want to make a contribution to your neighbourhood, you have access to the homeowner’s association. And it’s not just physical access, but it’s social access as well (...) And to be able to do that without being patronized.”

“An Insider Perspective on Participation”, 2007:1459

“Nothing about us without us.”

“An Insider Perspective on Participation”, 2007:1451

RESUMO

Com a revisão do quadro conceptual de deficiência pela Organização Mundial de Saúde e a substituição da noção de ‘ausência de incapacidade’ por ‘participação’ - aproximando-a de “uma condição gerada por uma interação complexa entre estruturas e funções do corpo da pessoa e os contextos envolventes que limita a sua participação plena e efectiva na sociedade”-, o conceito de participação total e de acessibilidade têm adquirido maior importância.

No caso da surdez, a OMS estima que mais de 5% da população mundial possua algum tipo de incapacidade auditiva e que, em 2050, esta percentagem aumente para uma em cada dez pessoas. S/surdez e deficiência não devem, no entanto, ser encaradas como sinónimos, sendo que alguns indivíduos surdos podem auto-considerar-se como uma minoria cultural, afetada sobretudo por uma barreira linguística.

Como ponto central neste estudo surge, assim, a acessibilidade linguística, sobretudo na dimensão quotidiana e informativa dos Mass Media, e a sua relação com a participação política desta população, tendo em conta a premissa desta possível participação estar no cerne do que se entende por ‘viver numa sociedade democrática’ em pleno.

Tratando-se de uma análise exploratória sobre uma população pouco estudada em Portugal, optou-se por uma abordagem metodológica mista: **(1) execução de seis entrevistas exploratórias; (2) realização de um questionário online; (3) monitorização de programas de televisão selecionados** face à disponibilização de legendagem e/ou intérprete de LGP e **análise dos planos plurianuais 2014-2017 e 2017-2020 da ERC.**

Tendo sido observados desafios metodológicos constantes e a necessidade de adaptação ao contexto de uma população com características particulares, onde questões como barreiras linguísticas, acessibilidade, literacia, sentimentos de exclusão/inclusão e confiança/desconfiança se inter-relacionam.

Palavras-Passe: Surdez; Acessibilidade; Deficiência; Media; Língua Gestual Portuguesa; Legendagem; Participação; Socialização; Política

ABSTRACT

After the revision of the conceptual framework on disability by the World Health Organization and the substitution of the notion of ‘absence of incapacity’ by the one of ‘participation’ – approaching it as “a condition generated by a complex interaction between structures and functions of a person’s body and the surrounding contexts that limit the full and effective participation in society” –, the concept of full participation and accessibility have become increasingly important.

In the deafness condition case, the WHO estimates that more than 5% of the world's population holds some form of hearing impairment and that by 2050 this percentage will increase up to one in ten people. D/deafness and disability should not, however, be regarded as synonymous, as some D/deaf individuals may consider themselves as a cultural minority affected, in fact, by a linguistic barrier.

At the core of this study, therefore, is the problematic of linguistic accessibility, especially in the daily and informative dimension of Mass Media and its relation with the D/deaf population’s political participation. Its premise is that this possibility of participation is at the center of what is known as fully 'living in a democratic society'.

Being an exploratory analysis of a poorly studied population in Portugal, a mixed methodological approach was chosen: **(1) execution of six exploratory interviews; (2) production of an online questionnaire; (3) monitorization of selected television programs, analyzing the availability of Portuguese sign language interpreter and/or subtitling, and also the analysis of the Portuguese Regulatory Entity Portuguese for Social Communication’s 2014-2017 and 2017-2020 multi-year plans about accessibility conditions.**

The making of this study showed the existence of constant methodological challenges and the need to adapt to the context of a population with very peculiar characteristics and where issues such as language barriers, accessibility, and literacy, feelings of exclusion/inclusion and trust/distrust coexist in a complex interrelation.

Keywords: Deafness; Accessibility; Disability; Incapacity; Media; Portuguese Sign Language; Subtitling; Participation; Socialization; Politics

I. ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO E PERTINÊNCIA CIENTÍFICA DO ESTUDO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA POPULAÇÃO S/SURDA PORTUGUESA	1
II. QUESTÕES DE PARTIDA	3
III. REVISÃO DE CONCEITOS E DE LITERATURA	5
A. A “Hegemonia da Normalidade” e as desigualdades sociais	5
B. A Cultura Surda”, Surdez, surdez e Identidade Política enquanto grupo	7
C. Os conceitos de acessibilidade, integração, participação e deficiência	9
1. A Participação na Perspetiva das pessoas com incapacidade	10
D. O conceito de participação política nas sociedades ocidentais	11
E. A Noção de Socialização Política	12
F. Os Media e a Socialização	13
1. Os Media como Agentes de atribuição de Sentido e Socialização Política	13
Alguns dados analíticos sobre o papel dos media na socialização política	14
Web 2.0 e Novos Media	15
G. Acessibilidade, Mass Media, Democracia, Participação e Surdez	16
Media, Participação e Surdez: Uma questão de Acessibilidade	17
IV. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ACESSIBILIDADE	19
A. A Acessibilidade e Participação segundo a Lei – uma breve análise	19
B. A ERC e a Responsabilidade de Acessibilidade nos Media	20
C. Contextualização: O contexto sociodemográfico da população S/surda portuguesa	22
V. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
A. Descrição do procedimento metodológico	24

1.	Primeira fase - Entrevistas exploratórias: adequação dos pressupostos teóricos à realidade da população surda e justificação do modelo de análise _____	25
2.	Segunda fase - Questionário Online: Possibilidade de expansão da realização do inquérito no plano territorial _____	25
3.	Terceira fase - Monitorização de meios de comunicação e análise de documentos e deliberações emitidos pela ERC: tentativa de comparação entre o lado jurídico-legal e o lado quotidiano da acessibilidade _____	26
B.	Desvantagens e limitações da estratégia metodológica, do método e da pesquisa _____	27
VI.	ANÁLISE DOS DADOS _____	29
A.	Acessibilidade: mais do que uma ‘janelinha’ com intérprete ou o teletexto _____	29
B.	Múltiplos fatores num questionário estatisticamente não significativo e Diretivas da ERC não completamente respeitadas _____	30
1.	As condições de acessibilidade e o consumo mediático _____	31
2.	As novas TIC como oportunidade _____	36
3.	Exposição, acessibilidade e consumo de informação e o interesse pela temática política/ participação política _____	38
4.	Dados complementares de relevo _____	40
VII.	CONCLUSÕES _____	43
IX.	ANEXOS _____	

ÍNDICE DE TABELAS/QUADROS

Tabela 1 Deliberações sobre Acessibilidade em Serviços de programas generalistas de acesso não condicionado livre de âmbito nacional, por parte da ERC, para o Primeiro e Segundo Serviços (RTP1 e RTP2) de Programas Generalista de Televisão Pública, entre as 08h e as 02h _____	21
Tabela 2 Deliberações sobre Acessibilidade em Serviços de programas generalistas de acesso não condicionado livre de âmbito nacional, por parte da ERC, para Operadores Privados de Televisão as 08h e as 02h. _____	22
Tabela 3 Monitorização do Programa E2 _____	34
Tabela 4 Qualidade da legendagem e tradução face ao tempo de exposição aos meios de comunicação _____	35
Tabela 5 Qualidade da legendagem e tradução face à utilização de novos media _____	36
Tabela 6 Tipo de utilização dos novos media _____	37
Tabela 7 Qualidade da legendagem e tradução face ao tipo de utilização de novos media _____	38
Tabela 8 Grau de Satisfação e Sentimento de dificuldade no acesso à informação _____	40
Tabela 9 Sexo e interesse pela política _____	41
Tabela 10 Taxa de Participação Eleitoral _____	VII:II
Tabela 11 Participação Não Eleitoral Por Categoria _____	VII:II
Tabela 12 Análise da Consistência Interna da Variável Compósita "Participação Não- Eleitoral" _____	VII:II
Tabela 13 Análise da Variância interna de médias da variável compósita "Participação Não Eleitoral" _____	VII:III
Tabela 14 Percentagem de inquiridos, por sexo _____	VII:III
Tabela 15 Sentimento de discriminação e a relação com ser nado-surdo e grau de incapacidade ____	Erro!
Marcador não definido.	
Tabela 16 Distribuição dos inquiridos, a nível geográfico _____	VII:IV
Tabela 17 Nível de instrução mais elevado atingido pelos inquiridos, em percentagem _____	VII:IV
Tabela 18 Relação entre a qualidade das legendas e a participação eleitoral dos inquiridos _____	VII:V
Tabela 19 Nível de fluência linguística e consumo de informação mediatizada pelos meios de comunicação social _____	VII:VI

Tabela 20 *Relação entre Participação Eleitoral e Não Eleitoral e a Surdez (ou não) de nascença* ____ VII:VII

Tabela 21 *Taxa de prevalência de incapacidade na população com 5 ou mais anos de idade (%)*Fonte:

INE (2012)_____ VII:VII

Tabela 22 *População residente com 5 ou mais anos, segundo o tipo de dificuldade e sexo, por grau de*

*dificuldade sentido (em milhares)*Fonte: INE (2012)_____ VII:VIII

ÍNDICE DE ILUSTRACÕES/FIGURAS

<i>Ilustração 1</i> Áreas temáticas Qualitativas associadas ao Conceito de Participação descritas pelos inquiridos por Hammel _____	11
<i>Ilustração 2</i> Monitorização das condições de acessibilidade nos conteúdos informativos Matinais _____	32
<i>Ilustração 3</i> Monitorização das condições de acessibilidade nos conteúdos informativos das 13h _____	32
<i>Ilustração 4</i> Monitorização das condições de acessibilidade nos conteúdos informativos das 20h ou posteriores _____	32
<i>Ilustração 5</i> Monitorização de conteúdos de infotainment e debate sociopolítico _____	33
<i>Ilustração 6</i> Monitorização de Meios destinados especificamente a minorias étnicas _____	33
<i>Ilustração 7</i> Idade e Participação Eleitoral _____	42
<i>Ilustração 8</i> Distribuição da população com dificuldades em ouvir por faixa etária Fonte (INE, 2012) _____	VII:VIII
<i>Ilustração 9</i> Distribuição da população dificuldade em ouvir com 15 ou mais anos, por condição perante a atividade económica Fonte (INE, 2012) _____	VII:VIII
<i>Ilustração 10</i> Distribuição da população dificuldade em ouvir com 15 ou mais anos, por principal meio de vida _____	VII:VIII

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- ERC- Entidade Reguladora da Comunicação
- EUROSTAT - Gabinete de Estatísticas da União Europeia
- EHSIS- European Health and Social Integration Survey
- LGP- Língua Gestual Portuguesa
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- RTP1 – Rádio e Televisão Portuguesa, Canal 1
- RTP2 – Rádio e Televisão Portuguesa, Canal2
- SIC – Sociedade Independente de Comunicação
- TVI – Televisão Independente
- TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
- FPAS- Federação Portuguesa de S/surdos
- APS- Associação Portuguesa de S/surdos
- ASP- Associação de S/surdos do Porto

I. INTRODUÇÃO E PERTINÊNCIA CIENTÍFICA DO ESTUDO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA POPULAÇÃO S/SURDA PORTUGUESA

A *Organização Mundial de Saúde*¹ (OMS) estima que mais de 5% da população mundial, cerca de 466 milhões de pessoas, tenha algum tipo de incapacidade ou dificuldade auditiva – das quais 34 milhões são crianças. Segundo a mesma organização, estima-se, ainda, que em 2050 uma em cada dez pessoas terá algum tipo de dificuldade auditiva².

As incapacidades auditivas podem ser resultado de variáveis tão distintas como fatores genéticos, complicações no parto, algumas doenças infecciosas, infecções auditivas crónicas, uso de algumas drogas, exposição prolongada a ruído excessivo, envelhecimento, entre outros.

Na UE, em 2012, segundo o EUROSTAT, existiam cerca de 73 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade (entre as quais 41,4 milhões declaram ter algum tipo de dificuldade em ouvir). Destes indivíduos com algum tipo de deficiência ou incapacidade, 1,2 milhões encontravam-se em Portugal.

Entre as atividades básicas diárias, em que os inquiridos identificaram ter algum tipo de dificuldade em executar são de salientar, no âmbito desta dissertação, a dificuldade em ouvir (41,4 milhões na União Europeia, entre os quais 954 mil em Portugal) e em comunicar (23,5 milhões na UE e 1,08 milhões em Portugal).

O mesmo estudo conseguiu apurar ainda que, na UE, a maioria das pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade se encontravam empregadas (16,5 milhões face a 7,1 milhões de desempregados), assim como em Portugal (173,5 mil empregados face a 121,7 mil desempregados). Embora neste último caso o rácio entre ambas as categorias seja menor – o que poderá apontar, embora careça de análise das condições estruturais e contextuais do ambiente socioeconómico do país à época, para uma maior dificuldade, por parte da população com algum tipo de deficiência, em ser integrada no mercado de trabalho.

No conjunto de trabalhos de investigação realizados sobre o tema, o conceito de deficiência tem, nos últimos anos, evoluído dos modelos médico e assistencialista para o modelo bio-psico-social, não deixando, no entanto, de continuar a exigir uma reflexão exigente àqueles que sobre ele se debruçam.

A visão do modelo bio-psico-social, de que a deficiência se trata de “uma condição gerada por uma interação complexa entre estruturas e funções do corpo da pessoa e os contextos envolventes que limita a sua participação plena e efectiva na sociedade” (Pimenta& Salvado, 2010:157), encara-a como “por um lado uma condição do ser humano em igualdade de direitos e dignidade com todos os outros” (PALACIOS;BARIFFI, 2007, apud Pimenta & Salvado,

¹Segundo o website oficial da OMS, visitado a 4 de abril de 2018.

² Para a OMS, entende-se por dificuldade auditiva uma perda auditiva superior a 40 decibéis no ouvido mais saudável, em adultos, e a 30 decibéis em crianças.

2010:157) e, por outro, “uma condição que acompanha o ser humano e requer em determinadas circunstâncias medidas específicas para garantir o gozo e exercício desses direitos em igualdade de condições com as outras pessoas” (PALACIOS;BARIFFI, 2007, apud Pimenta & Salvado, 2010:157). Dado o reduzido espaço desta dissertação opta-se, a partir deste momento, por especificar que esta será a abordagem preferencial ao longo de toda a análise realizada ao longo da mesma, por oposição às restantes teorias.

Deixando, as pessoas com deficiências “de ser meramente vistas como destinatários ou beneficiários de direitos de caridade, tratamento médico, ou proteção social e passarem a ser reconhecidas como sujeitos de pleno direito” (Pimenta & Salvado, 2010:157), esta perspetiva relacionar-se-á com os temas em estudo nesta dissertação, na medida em que “na sequência do seu ponto de vista jurídico, a sequência deixa de ser abordada exclusivamente pela legislação da proteção e segurança social ou das matérias do direito civil relacionadas com a incapacidade jurídica, a representação e a tutela” (Pimenta & Salvado, 2010:157). Ou seja, será analisada tendo em conta os princípios fundamentais da não discriminação, independência, acessibilidade e design universal, a par da transversalidade e interseccionalidade necessárias às políticas de apoio ao exercício de direitos na deficiência (Pimenta & Salvado, 2010).

O respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais serão encarados, nesta dissertação, como “instrumento de combate à desigualdade social” (Pimenta & Salvado, 2010:157), na medida em que a concretização dos direitos supra-mencionados aprofunda e se alarga em todas as áreas de participação dos indivíduos (Pimenta & Salvado, 2010).

Nesta medida, a presente dissertação focar-se-á no estudo da população surda portuguesa, nomeadamente as condições de acessibilidade aos media que esta encontra diariamente – nas dimensões dos seus hábitos e valores – e a possível relação destas com a sua participação política e social.

Para tal, recorrer-se-á a métodos mistos de investigação, que compreenderão, numa primeira fase, a realização de entrevistas exploratórias a membros da população surda, seguida da realização de um inquérito por questionário online – de modo a possibilitar o estudo de práticas, atitudes e representações vigentes. E, numa outra fase, à monitorização e análise de conteúdos mediáticos e deliberações da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, o que permitirá observar e analisar as regras vigentes de acesso e o seu cumprimento.

Assumindo que a possibilidade de participar na vida política está no cerne do que se entende por ‘viver numa sociedade democrática’ (European Union Agency for Fundamental Rights, 2014:108), e citando a sua salvaguarda em documentos como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, os instrumentos do Conselho da Europa e em vários outros do direito primário e derivado da União Europeia, o estudo detetou, entre as suas várias conclusões, o carácter ativo e participativo dos cidadãos com deficiência, que possuem condições favoráveis de acessibilidade, na vida política e nas suas comunidades, por contraste com a subsistência – também detetada- dos obstáculos e desafios à participação política destes cidadãos. Assim como o facto de estes obstáculos e desafios não afetarem da mesma forma todas as pessoas com deficiência – “as pessoas portadoras de deficiências mais graves, assim como as que sofrem de tipos especiais de deficiência”, explicita o estudo nas suas

conclusões finais, “deparam-se com obstáculos desproporcionalmente maiores à sua participação na vida política” (European Union Agency for Fundamental Rights, 2014:2).

Nesta medida, foram identificadas, pelos investigadores, cinco áreas de foco a ter em atenção sobre a temática a curto-médio prazo, nomeadamente: (a) a eliminação de obstáculos jurídicos e administrativos à participação política; (b) uma maior acessibilidade dos procedimentos, instalações e materiais eleitorais; (c) mais oportunidades de participação na vida política das pessoas com deficiência; (d) maior sensibilização para o direito à participação política das pessoas com deficiência; (e) uma maior recolha de dados para medir a participação política desta população.

II. QUESTÕES DE PARTIDA

Considerada como uma minoria social, a população S/surda encontra frequentemente (como poderá ser observado nas teorias analisadas na presente dissertação) diversas barreiras à sua participação cívica e política. Note-se que esta noção de minoria social se prende com os conceitos de poder e representatividade e não necessariamente com os conceitos aritméticos – a incapacidade auditiva afeta, aliás, uma numerosa quantidade de indivíduos, um pouco por todo o Mundo e tem tendência, estima a OMS, a aumentar e atingir cerca de 10% da população mundial em 2050.

Entre as diversas barreiras à sua participação, esta população depara-se, sobretudo, com barreiras linguísticas e comunicacionais no acesso e participação no Espaço Público e interação com a comunidade ouvinte. Assim, e tendo em conta os princípios e direitos fundamentais de igualdade e não discriminação de todos os Seres Humanos - quer no acesso à informação, quer no acesso à participação cívica e política, quer a uma vida digna - pretende-se nesta dissertação perceber:

1. **Quais as condições de acessibilidade, por parte da população surda portuguesa, aos conteúdos informativos veiculados pelos meios de comunicação social?**
 - a. Qual o papel e a influência das novas TIC nestas condições de acessibilidade?
 - b. Como se relacionam estas condições de acessibilidade com a participação política desta comunidade?

Pretendendo, assim, analisar e perceber as condições de acesso da população surda portuguesa e a forma como estas se poderão relacionar com a participação política desta população, encontram-se entre os principais objetivos: (a) analisar a percepção da população surda portuguesa sobre a sua própria participação e representação política, assim como da sua acessibilidade à informação; (b) perceber as diferenças e dificuldades na acessibilidade e inteligibilidade do conteúdo informativo veiculado pelos meios de comunicação social por parte da população não ouvinte portuguesa; (c) perceber a relação entre as condições de acessibilidade, por parte da população surda aos conteúdos mediáticos informativos e a participação política da mesma; (d) tentar perceber as condições e taxas de participação política da população surda portuguesa, enquadrando-as e contextualizando-as no panorama geral nacional.

III. REVISÃO DE CONCEITOS E DE LITERATURA

A. A “Hegemonia da Normalidade” e as desigualdades sociais

De forma sucinta, pode afirmar-se que todas as sociedades institucionalizam um equilíbrio entre igualdade e desigualdade social (Parsons, T., 1970:19). Robert Dahl relembra que os Seres Humanos são iguais de um ponto de vista moral e ético, mas “they are not, and have never been, fully equal from a descriptive, factual or empirical point of view” (Dahl, 1996:1)- um conceito do plano dos objetivos, obrigações morais, ideais ou utopias mas sempre confrontado com as limitações humanas (Dahl, 1996:1).

Marx defende que o conceito de classes sociais “exist wherever men are similarly situated by their "relative control over goods and skills." This control produces income, procures other goods, gains them a social position, and leads to a certain style of life” (Weber, 1968: I, 302) – o que, num quadro cumulativo, lhes confere benefícios diferentes de outras classes. Já Weber refere uma ordem social, onde a posição do indivíduo constitui um "effective claim to social esteem," que tem por base o estilo de vida, educação ocupação e família de origem – sendo que o círculo de ‘iguais’ sociais definido através da discriminação social, com poucos mecanismos de ‘movimentação social’ a serem socialmente aceites (Weber, 1968: I, 305-6).

Ou seja, pode dizer-se que os conceitos de igualdade e desigualdade sociais surgem, assim, na literatura, enquanto conceitos opostos, com valor simultaneamente normativo e moralmente hierarquizáveis, embora coexistam diariamente nas sociedades. São também conceitos cumulativos de vários fatores sociais.

No contexto globalizado contemporâneo, afirma Firmino da Costa na obra *Desigualdades Sociais Contemporâneas* (2012), os vários indicadores e análises existentes não deixam dúvidas para o facto de que “são significativas e têm implicações múltiplas no plano da justiça social” (Costa, 2012: 175).

Partindo da conceptualização destas enquanto intimamente conectadas com a “desigualdade categorial”(Tilly, 2005) – relacionada com o processo de atribuição e construção de categorias sociais (Costa, 2012:12)- a problemática das desigualdades sociais “cruza dimensões cognitivas e valorativas” de forma bastante particular (Costa, 2012: 15). Sendo necessário “atender à pluralidade de desigualdades e às especificidades de cada uma delas” (Costa, 2012: 24), assim como ao seu “caráter sistémico” (Costa, 2012:25).

Nesta medida, Göran Therborn e a sua abordagem multidimensional pode também ser útil no entendimento destas. Dividida entre as “desigualdades vitais”; “desigualdades existenciais”; e “desigualdades de recursos” (Therborn, 2006), esta abordagem identifica uma série de ferramentas sociais - “exclusão”; “hierarquização”; e “exploração” (Therborn apud Costa, 2012: 28)- que tendem a gerar, de alguma forma, desigualdade.

Nancy Fraser propõe ainda, numa dinâmica inter-relacionada com as políticas de representação (importantes no âmbito desta dissertação na medida em que a população S/surda, em estudo, é encarada como uma minoria face à restante sociedade sem qualquer tipo de deficiência ou incapacidade), o conceito de novas injustiças sociopolíticas. Note-se que aqui se aborda o conceito de políticas de representação enquanto formas de “definição de âmbitos de

inclusão dos atores sociais, tal como à justa tomada de consideração desses atores (...) – incluindo no acesso às políticas de redistribuição e reconhecimento. Ou seja “também ela geradora de injustiça social no atual quadro de globalização” (Costa, 2012:97).

Na perspectiva da deficiência, a análise das desigualdades sociais é ainda uma temática pouco abordada (Pimenta & Salvado, 2010:158) – note-se que só em 2007 surgiu a *Convenção Sobre os direitos das Pessoas com Deficiência*. E que, apenas em 1948 surgiu a primeira Declaração Universal dos Direitos do Homem que reconhecia a cada indivíduo direitos fundamentais inalienáveis e independentes do seu estatuto social – declaração que, embora revolucionária para a época, deixava de fora minorias como várias etnias, mulheres, pessoas com deficiência, etc. Ou seja, praticamente dedicada em exclusivo a homens, caucasianos, chefes de família - similar ao conceito de “Cidadão” de Rousseau no seu “*Contrato Social*” (Rousseau 2018:53).

Para melhor compreender estas dinâmicas nos Estados de Direito Democráticos – como é o caso de Portugal - é necessário ter em conta dois fatores históricos importantes: as origens sociopolíticas das políticas públicas sociais e a abordagem biomédica do conceito de deficiência, neste caso em particular.

Sobre as primeiras, embora não se deva excluir o combate à pobreza e às formas extremas de privação enquanto um dos seus objetivos (Adão e Silva & Pereira, 2015:84), deve ser analisada criticamente a versão de que a principal missão original do Estado Social fosse proteger os mais pobres (Adão e Silva & Pereira, 2015:81-82). O objetivo era, na realidade “proteger as classes médias emergentes” (Adão e Silva & Pereira, 2015:83), com “objetivos políticos precisos – a formação de comunidades políticas de pertença, através da co-optação das classes trabalhadoras, integrando-as em Estados-nação que emergiam, contribuindo para a legitimação política dos regimes” (Adão e Silva & Pereira, 2015:83).

Ou seja, “o Estado Social deve ser interpretado como uma resposta política ao processo de modernização e às transformações sociais profundas que lhe estão associadas” (Adão e Silva & Pereira, 2015:84)

Já no caso da deficiência e, dado o “condicionamento no acesso a determinados recursos considerados como essenciais ao bem-estar” (Pimenta & Salvado, 2010:158) deve ser tido em conta, ao longo desta dissertação, que os cidadãos com deficiência ou algum tipo de incapacidade se encontraram frequentemente em posições de desigualdade social (Pimenta & Salvado, 2010:158). E que, à semelhança de outras populações na mesma situação, viram as respostas a estas estarem marcadas, num longo período, pelas práticas de caridade cristã ou assistencialismo (Mishra, 1995 apud Martins, 2002:5). Abordagem que teve origem, entre outros fatores, no conceito de deficiência como produto do paradigma biomédico, onde o conceito surge definido como exclusivamente respeitante às limitações do corpo do indivíduo.

Esta ênfase nas limitações corporais associadas terá sido origem de uma longa invisibilização das barreiras socialmente produzidas (Martins, 2002:16). Note-se aqui a noção de Barnes que o “efeito da medicalização dos problemas sociais é a sua despolíticação” (Barnes e tal., 1999:60).

Nesta sequência de ideias, quando à “narrativa da tragédia pessoal” (Oliver, 1990 apud Martins, 2002:4) – a que o exponenciar desta abordagem pode dar origem -se alia a tendência

social de “hegemonia da normalidade”, surgem as condições ideais para a repercussão das desigualdades e discriminações (Davis, 1995, apud Martins, 2002:4) .

A persistência da desigualdade em simultâneo com as políticas públicas predominantes até então terá, assim, que ser também abordada do ponto de vista da denúncia de uma abordagem dominante que aceita a norma e preserva intactas as margens da sociedade (Striker, 1999, p 135;142 apud Martins, 2002:17). Ou seja, nesta medida, é necessária, argumentam alguns autores, uma abordagem semelhante à da corrente do “Modelo Social da Deficiência”(Oliver, 1984:31), proposto por Oliver em 1990.

Na medida em que “as políticas sociais da deficiência terão que ser desafiadas a contribuir para uma superação de ‘lógica da classificação social’” (Martins, 2002:17), buscando uma “ecologia de reconhecimentos”– cuja ideia central de que “a realidade não pode ser reduzida ao que existe”, mas encarada como algo que “inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, (...) ativamente produzidas como não existentes” (SANTOS, 2002: 253) –, que implica que se considerem as experiências e reflexões das próprias pessoas com algum tipo de deficiência no processo de transformação e governação social.

B. A Cultura Surda”, Surdez, surdez e Identidade Política enquanto grupo

Existe, na literatura académica e nas abordagens científicas, o reconhecimento de diferentes discursos acerca da surdez (Valentine & Skelton, 2003:454), sendo que os mais importantes, para este trabalho e que aqui se tentarão sumariamente abordar, são os conceitos de Surdez e surdez. Apesar de existir um consenso mínimo sobre o seu simbolismo, deve ser tido em conta que existem subtis diferenças entre optar por escrever *surdez* ou *Surdez* (Valentine & Skelton, 2003:455).

O termo “Surdez” associa-se à construção social de identidade e relaciona-se com o envolvimento com a comunidade surda, o conceito de cultura surda e o uso (geralmente enquanto primeira língua) de Língua Gestual (Valentine & Skelton, 2003:455). Já “surdez” tende a ser associado com uma abordagem mais próxima da visão biomédica da surdez enquanto incapacidade auditiva medicamente diagnosticada e “oposta à norma da audição” (Valentine & Skelton, 2003:455).

Para entender esta complexa relação, é necessária uma retrospectiva sócio-histórica, que se tentará fazer em seguida, de forma bastante sumariada.

Apesar de frequentemente relacionados, S/surdez e deficiência ou incapacidade não devem ser encarados como sinónimos ou equivalentes (Valentine & Skelton, 2003:453). “Ambas as categorias são altamente complexas e estão longe de serem homogéneas” (Barnes and Mercer, 1996; Corker, 1996, 1998, 2001; Gregory et al. 1995, Ladd, 1992 apud Valentine & Skelton, 2003:453), pelo que deve ser tida em conta a complexa relação entre os que se identificam ou são identificados como surdos e aqueles que se identificam, ou são identificados, como portadores de deficiência (Valentine & Skelton, 2003:453).

A surdez é, frequentemente, considerada pela população ouvinte como uma incapacidade ou deficiência (Rosen, 2003 apud Murray et al, 2007:113), o que traz consigo uma

abordagem – na pesquisa e intervenção relacionadas – de prevenção, cura ou estratégias de minorização da incapacidade (Murray et al, 2007:113). Paradoxalmente, no entanto, alguns indivíduos surdos – sobretudo que assim nasceram ou que perderam a audição enquanto crianças e consideram a Língua Gestual como sua língua nativa – podem auto-considerar-se como uma minoria cultural e linguística (Foster, 1996, apud Murray et al, 2007:113), afetada por uma barreira linguística, mais do que por uma deficiência (Murray et al, 2007:113).

Segundo várias teorias (Park, B., & Rothbart, M. (1982); Lott, A. J., & Lott, B. E. (1965); Jane E. Dutton, Janet M. Dukerich and Celia V. Harquail (1994)) sobre as dinâmicas das relações e interações intergrupos, um membro de um dado ‘grupo’ terá tendência a avaliar o seu grupo mais positivamente que alguém de fora. Na mesma medida, a categoria cultural de “surdez” enquanto deficiência e estigma foi criada e sustentada maioritariamente pela população ouvinte (Rose & Kiger, 1995:522). A educação de surdos, por exemplo, foi durante muito tempo controlada e definida por ouvintes que estimulavam técnicas pedagógicas focadas na oralização (Harlan Lane, 1992, apud Rose & Kiger, 1995:522).

Enquanto categoria cultural, “surdez” era definida, socialmente e nos círculos académicos enquanto deficiência ou falta de alguma competência (Rose & Kiger, 1995:522) – entre as características tipicamente atribuídas à população surda encontraram-se, por muito tempo, algumas “infantil”, “limitado”, “imaturado”, “impulsivo”, “temperamental, entre outras (Lane, 1992 apud Rose & Kiger, 1995:523). Na sequência do modelo biomédico da deficiência, também aqui o “problema” era encarado enquanto algo inerente ao indivíduo ao invés da dinâmica de interação e mobilidade, constringida, entre este e a sociedade ouvinte (Nash & Nash, 1981 apud Rose & Kiger, 1995:522).

Como efeito colateral do *Civil Rights Movement*, das décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos na América, e aliado a um crescente descontentamento por parte da população com incapacidades auditivas, movimentos como o *Deaf Power Movement*, – defensores de uma herança cultural da minoria Surda - surgiram por volta da década de 1970 nos EUA (Davis, 2006:27) e foram-se alastrando um pouco por todo o Mundo (Gannon, 1981 apud Rose & Kiger, 1995:522).

Ao adquirirem “voz” (Henri Tajfel, 1982 apud Rose & Kiger, 1995:523), os membros da população surda começam a ver-se como uma minoria discriminada pelos restantes grupos (Rose & Kiger, 1995:523). “Enquanto membros de um grupo social minoritário, desenvolvem auto-imagens mais positivas e a sua perspetiva de justiça social altera-se” (Rose & Kiger, 1995:524). Nos seus trabalhos, Henri Tajfel analisa mais profundamente a questão da construção da auto-percepção de identidade social – enquanto derivada do sentimento de pertença a um grupo associado ao valor significado sentimental que esse sentimento transporta consigo (Tajfel Tajfel 2010:2) e da sua relação com a auto-estima dos indivíduos (Tajfel, 2010:34). O autor identifica os mecanismos de categorização, identificação e comparação sociais.

As fronteiras entre a identidade, significado e construções sociais de ‘Surdo’ ou ‘surdo’ são, no entanto, bastante fluidas com vários indivíduos a poderem identificar-se com um ou outro conceito em momentos e situações diferentes (Valentine & Skelton, 2003:455).

Um estudo desenvolvido na Grã-Bretanha, concluiu que entre os jovens com algum tipo de incapacidade auditiva entrevistados, vários se encontravam a negociar, consigo próprios, um espaço entre ambas as identidades – sendo que alguns destes faziam o percurso de uma identidade surda para uma identidade mais próxima da cultura Surda (Valentine & Skelton, 2003:456). Note-se que esta mudança se devia em grande parte, não só à aprendizagem de Língua Gestual mas também ao facto do paradigma de pertença a uma Cultura Surda estar associado à pertença a uma minoria linguística – muitos destes jovens, oriundos de famílias ouvintes e onde a oralização era privilegiada, sublinharam a sensação de empoderamento e integração ao verem indivíduos a comunicar, indivíduos a utilizarem uma língua de gestos e interagirem – algo que a oralização lhes tinha negado durante tanto tempo (Valentine & Skelton, 2003:456).

O mesmo estudo, no entanto, concluiu que existe tensão sobre a própria identidade que cada indivíduo assume, diz assumir, quer assumir e gostaria de assumir - não necessariamente por esta ordem. Seja por falta de competências linguísticas para pertencerem quer a uma “cultura surda” ou uma “cultura ouvinte” (Valentine & Skelton, 2003:464). Ou seja porque a sua S/surdez se associe muitas vezes com outras identidades socioculturais não compatíveis ou pouco compatíveis – relembre-se o leitor que, existindo, em geral uma Associação de Surdos em cada grande cidade, se esta não expressar uma atitude de acolhimento e integração a identidades muitas vezes segregadas até pela própria comunidade ouvinte (como a comunidade LGBTQ+, estrangeiros, mulheres, outras deficiências, etc), repercutindo estereótipos e preconceitos existentes em várias sociedades ocidentais, então também esta comunidade pode ser uma comunidade de exclusão e segregação para o indivíduo com estas características (Valentine & Skelton, 2003:464) que – para mais - sentirá maior dificuldade que os demais, à partida e teoricamente, em integrar-se na comunidade ouvinte.

Nesta medida, tendo em conta a profundidade da identidade humana, muitas vezes contraditória, será necessário ter em conta, nos trabalhos sobre a temática, – e parte desse pressuposto o presente trabalho – os diferentes percursos e percepções de cada indivíduo – seja ele S/surdo ou com qualquer outro tipo de incapacidade -, assumindo e incluindo a complexidade das suas identidades e a sua própria experiência e testemunho. Algo em que as categorias binárias de Surdo/surdo e S/surdo/Ouvinte não se revelam realmente eficazes. (Valentine & Skelton, 2003:464).

C. Os conceitos de acessibilidade, integração, participação e deficiência

Se assumirmos o modelo bio-psico-social como operacional em vários domínios de ação, podemos perceber que as desigualdades sociais se podem manifestar nas duas componentes que este conceito integra, por um lado, ao nível dos recursos que a deficiência exige do ponto de vista médico, por outro, ao nível da atividade e participação que só se verifica se a sociedade, as suas estruturas e relações estiverem também vocacionadas para admitir a diferença” (Salvado, 2012:162).

Assim, desde que a OMS reviu substancialmente o quadro conceptual de deficiência, substituindo a noção de ‘ausência de incapacidade’ por ‘participação’ (HAMMEL, 2008:1445), o conceito de participação total na sociedade e o conceito de acessibilidade têm adquirido cada vez mais importância, representando um objetivo-chave para muitos *stakeholders*, incluindo

eleitores com incapacidades ou deficiências, organizações de defesa da população com incapacidades ou deficiência, prestadores de serviços de reabilitação, organizações comunitárias e responsáveis (HAMMEL, 2008:1445).

Apesar da aparente crescente importância dada ao tema, são ainda poucos os estudos, argumentam alguns autores, que se focam na forma como os indivíduos portadores de algum tipo de deficiência ou incapacidade atribuem significado e experienciam, na realidade do seu cotidiano, esta noção de participação (HAMMEL, 2008:1445).

Embora represente uma melhoria face aos sistemas de classificação anterior, esta mudança de paradigma no *International Classification of Functioning, Disability and Health*, um sistema de classificação que generaliza a experiência da deficiência e participação mantém-se, no entanto, sob críticas de vários académicos e investigadores da área, na medida em que, sendo institucionalizado por profissionais e organismos públicos pode perpetuar as ideologias relacionadas com os conceitos de défice e disfunção (HAMMEL, 2008:1446) e falhar em representar a experiência subjetiva da participação (HAMMEL, 2008:1447).

A natureza *ad hoc* da iniciativa de integração dos portadores de deficiência e stakeholders associados na sua elaboração é também tida, por alguns, enquanto uma limitação (HAMMEL, 2008:1446), uma vez que muitos foram deixados de fora por não possuírem os meios financeiros, sociais, tecnológicos ou políticos para participar no processo – o que poderá ter influenciado a conceptualização e categorização do conceito de participação e representado um paradigma ético e metodológico, dado a área se focar precisamente na integração de indivíduos com deficiência que enfrentam barreiras à sua participação (HAMMEL, 2008:1446).

1. A Participação na Perspetiva das pessoas com incapacidade

Nesta medida, dada a complexidade observada na definição de Hammel do conceito de participação cívica total e a complexidade da população a que se propõe estudar – incluindo o facto de a própria autora assumir desde já não possuir qualquer tipo de experiência significativa nem junto da Cultura Surda, nem de incapacidade surda, o que à partida poderá constituir, ou não, uma limitação - o presente trabalho dá preferência à integração das definições e dimensões identificadas por indivíduos surdos no conceito de Participação em estudos previamente já realizados. Nomeadamente, no estudo “*What does Participation mean? An Insider Perspective from People with disabilities*”, J. Hammel, datado de 2008 – o que não implica que estas dimensões se restringirão às identificadas no estudo citado, mas que servirão apenas como ponto de partida.

No estudo mencionado, os inquiridos definiram o conceito de participação como um processo multifacetado, que envolve interação com e entre os contextos e comunidades físicos, sociais, culturais e políticos (HAMMEL 2008:1458). As principais dimensões e valores associados seguem-se na ilustração¹, abaixo.

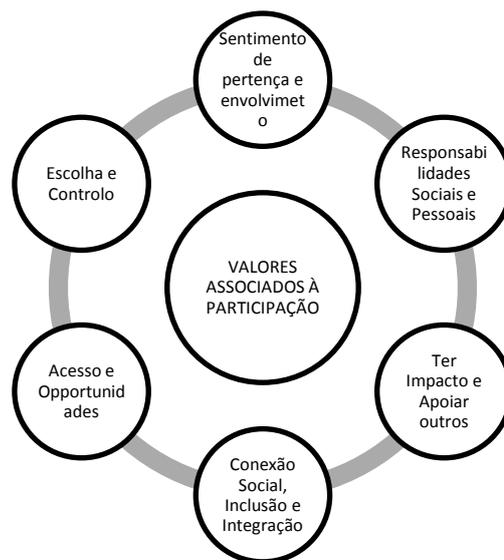


Ilustração 1 Áreas temáticas Qualitativas associadas ao Conceito de Participação descritas pelos inquiridos por Hammel

D. O conceito de participação política nas sociedades ocidentais

“A identificação do que é ou não é participação política não é simples nem incontroversa”, referiu José Leite Viegas (Viegas et al., 2010:4). Milbrath definiu-a como “...those actions of private citizen by which they seek to influence or support government and politics” (Milbrath & GoelapudDeth, 2001:4); Verba e Nie como “...those activities by private citizens that are more or less directly aimed at influencing the selection of governmental personnel and/or the actions they take” (Verba & Nie apud Deth, 2001:4) e, posteriormente, como aquilo que “...affords citizens in a democracy an opportunity to communicate information to government about their concerns and preferences and to put pressure on them to respond” (Verba & al apud Deth, 2001:5).

Já Parry optou por explicá-la enquanto “...action by citizens which is aimed at influencing decisions which are, in most cases, ultimately taken by public representatives and officials” (Parry & al apud Deth, 2001:4). Kaase e Marsh destacaram o seu carácter voluntário e Norris classificou-a, em última análise, como “...any dimensions of activity that are either designed directly to influence government agencies and the policy process, or indirectly to impact civil society, which attempt to alter systematic patterns of social behavior” (Kaase & Marsh apud Deth, 2001:4).

Relacionada, inicialmente, maioritariamente com a noção de participação eleitoral através do voto, o conceito foi-se expandido ao longo do tempo. Mais tarde, Verba propôs quatro dimensões-chave que se designariam mais tarde como “formas convencionais da participação política”: *voto*; *atividades de campanha*; *contacto com entidades e representante oficiais* e *atividades comunitárias* (Verba et al., 1995).

Dada a necessidade de reconhecer o peso das atividades de contestação e rejeição das decisões e opções políticas (Conge, 1998:242), surgiram novas dimensões de participação política, designadas como não convencionais. A noção de que “protest and rejection are clear expressions of citizens’ interests and opinions and there for e cannot and should not be excluded

from the domain of political participation” (Barnes, Kaase et al apud Deth, 2001:6) levou ao surgimento de mais indicadores dentro do conceito de participação política, como a *participação em greves, manifestações e boicotes* – incluindo o *direito à participação de protesto ilegal* (Viegas et al, 2010, pág.4)- e a *participação nos ‘novos movimentos sociais’*.

Nas últimas décadas e a par de uma preocupação com aquilo que alguns investigadores definem como “crise das democracias” ocidentais, o conceito tem estado ainda sob maior escrutínio. Se, por um lado, autores como Patrick Conge tentaram chegar de alguma forma a uma visão mais concisa do conceito, definindo-o como a “ação, individual ou coletiva, a nível nacional ou local, que suporte ou se oponha a estruturas, autoridades e/ou decisões de Estado sobre a distribuição dos bens públicos” (Conge, 1998:247), salientando que esta poderá ser verbal ou escrita, violenta ou não violenta e de qualquer intensidade (Conge, 1998:247).

E. A Noção de Socialização Política

“We can conceive socialization, then, as a succession of processes occurring at successive stages of development, with the child’s family (...) being the first, and in many cases the most enduring, socializing institution, joined by peer groups, schools, religious institutions, and, in adulthood, employers and intimate partners as sources of norms for social behaviour” (Grusec & Hastings, 2015:4).

Embora geralmente associada às primeiras etapas da vida humana – no processo de socialização primária – a socialização, enquanto prática é inerente a todas as idades e ciclos de vida, à medida em que os indivíduos participam de diferentes ambientes sociais, onde outras práticas e padrões de comportamento podem ser necessários (Grusec & Hastings, 2015:4).

Nesta medida, independentemente do modelo e das dimensões selecionadas para a análise da participação política de uma dada sociedade é possível inferir, no entanto, que existe, na literatura um outro conceito que surge mais ou menos intimamente relacionado com este – o de socialização política.

A importância de fatores como as redes e contextos sociais na manutenção e promoção de uma cidadania ativa foram já amplamente estudados no âmbito de disciplinas como a Sociologia e a Ciência Política. A conclusão surge com base na convicção de que as características individuais são insuficientes para explicar comportamentos políticos, e que as interações dentro, e entre, diferentes dimensões e ambientes sociais podem ser catalisadores importantes da ação cívica de cada indivíduo (SHEUFELE et al, 2004:316).

Desde o foco os estudos sobre o impacto e papel do contexto escolar e familiar (sobretudo parental) na socialização política, típicos dos anos 60, temas como a educação, grupo de pares, conhecimento político, debate público e mesmo as próprias características individuais, são hoje centrais na abordagem ao tema.

Sendo que neste trabalho será dado principal destaque (não invalidante das restantes) a cinco:

1. Família e rede de pares, ou socialização primária, sendo que “os primeiros contactos com esse universo dão-se no seio da família ou de grupos de amigos,

podendo adquirir um carácter mais ou menos intenso no decurso das trajectórias individuais de cada um” (Varela, 2009:56);

2. Educação, sobretudo na sua dimensão formal (como previsto no International Standard Classification of Education), “admitindo que o conhecimento e as competências adquiridas no decurso da educação formal contribuem para a interiorização e clarificação dos papéis sociais pelos indivíduos, concluímos que os deveres cívicos e a interdependência social saem reforçados com o aumento do nível de instrução de uma região ou de um país” (Varela, 2009:33) mas tendo em conta também as suas dimensões não formal e informal - alusivas à noção que “education as a unitary activity which exists throughout life” (Rogers apud Kamil, 2007:4), e portanto, esta pode ser realizada não apenas em instituições de ensino como escolas e Universidades, mas nos mais variados contextos e locais, ao longo de toda a vida (Rogers apud Kamil, 2007:5), interrelacionando-se, assim, intimamente com todas as outras dimensões em estudo;
3. “Redes sociais de recrutamento” ou “Civic Volunteerism Model”, onde os autores afirmam a influência possível de redes sociais como as organizações religiosas, local de trabalho, ou grupo de voluntariado na ‘motivação’ de cada indivíduo se envolver mais profundamente em atividades políticas (Verba e Nie apud SCHEUFELE, 2004:317). E que, no caso da população estudada nesta dissertação se revelam particularmente importantes, dado o papel ativo, política e civicamente, das Associações de S/surdos portuguesas.
4. Acesso à Informação e Mass Media, essenciais no fornecimento de referências para a construção social da realidade de cada indivíduo – incluindo na sua dimensão política -, como se explicará no capítulo seguinte.

F. Os Media e a Socialização

1. Os Media como Agentes de atribuição de Sentido e Socialização Política

Com a expansão das democracias ocidentais, associada ao crescimento dos meios de comunicação social públicos e privados, a par do aumento do grau de literacia das populações, o anterior equilíbrio de alcance de legitimidade dos Estados no Espaço Público foi alterado.

E, embora para autores como Habermas seja reforçado, no Espaço público, a autoridade e legitimidade do Estado no plano simbólico, fazendo surgir uma opinião pública despolitizada, que deixa de se basear na prossecução de consensos para se dedicar a uma produção mais ou menos regular de compromissos politicamente relevantes. Outros, como Thompson afirmam que, não sendo incompatíveis com um pensamento crítico - dado as suas mensagens serem “vulgarmente discutidas por indivíduos no acto da recepção e posteriormente... Essas mensagens são transformadas através de um processo subsequente de contar e recontar, de interpretar e reinterpretar” (THOMPSON, 1998:42) –, a expansão dos meios de comunicação de massas traz consigo, na realidade, uma reorganização das formas de sociabilidade que interagem dentro do Espaço Público.

Esta noção de sociabilidade pelos media, e através dos media é, precisamente, um dos conceitos chave dos estudos realizados sobre os efeitos dos media.

Admitindo que “promovem a aprendizagem de normas, valores e expectativas de comportamento em função do contexto das situações e do papel desempenhado pelas pessoas em sociedade” (MCQUAIL, 1987:330 apud SOUSA, 2000), o impacto dos mass media passa pela existência de “um acordo generalizado em que os meios de comunicação exercem uma influência sutil, observável apenas em períodos dilatados, em todos os aspectos da vida quotidiana” (MONTERO, 1993:112 apud SOUSA, 2000).

Quando a estes conceitos se aliam teorias como a de Agenda-Setting (um “efeito social da mídia. É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá” (BARROS FILHO, 2001:169)), e o de Hidden Curriculum, desenvolvido por Curran que denota o papel dos meios de comunicação social de massas enquanto locais “onde representações, positivas ou negativas, da sociedade, ou de grupos sociais diversos são “jogadas””(SANTOS, 2006:13) e, em consequência, “A sociedade convive, efetivamente, consigo própria no espaço mediático, como que olhando-se ao espelho” (SANTOS, 2006:13), será relativamente fácil inferir conclusões semelhantes às de Silverstone que afirmava os meios de comunicação social de massas como uma “dimensão essencial da nossa experiência contemporânea” (SILVERSTONE, 1999:12).

Por outras palavras, têm a capacidade de agir enquanto construtores de sentido, disponibilizando, aos seus espectadores e consumidores “estruturas para o dia, pontos de referência (...) pontos de engajamento e oportunidades de engajamento” (SILVERSTONE, 1999:24), centrais no processo de “estabelecer distinções e fazer juízos” (2004:228) e mediando a relação entre a classificação e a experiência e, nessa medida moldando “as realidades quotidianas através das suas representações” (2004:227).

Teorias que quando analisadas em conjunto com as visões de Construção Social da Realidade de Berger e Luckman – que reconhecem aos mass media a capacidade de criação de algo semelhante a um mínimo de entendimento comum, compartilhado, do que é a realidade (Berger, Peter L, & Thomas Luckmann, 1967) ou mesmo a teoria da hiper-realidade de Baudrillard, para quem aquilo que atualmente se designa como “realidade” está, de facto, mais próximo de uma “hiper-realidade”: construída com base em simulacros e resultado do comportamento dos indivíduos às imagens transmitidas pelos media (BAUDRILLARD, 2001:69), tornam claros os impactos significativos dos media na formação da Opinião Pública - embora com várias nuances distintas entre si.

Alguns dados analíticos sobre o papel dos media na socialização política

Vários estudos empíricos (McLeod et al., 1996; Scheufele & Shah, 2000; Scheufele & Nisbet, 2002; Scheufele, Shanahan & Kim, 2002 apud SHEUFELE et al, 2004:322) sobre esta questão confirmam o consumo de “hard news” de jornais (e entenda-se, aqui, imprensa escrita), como o mais forte indicador de várias formas de participação política.

Note-se que o conceito de “hard news”, não reunindo total consenso por parte da comunidade científica, pode ser entendido como notícias que “are urgent occurrences that have to be reported right away because they become obsolete very quickly. These items are truly ‘new’” (Shoemaker & Cohen apud Reinemann, 2011:224); “reports about politics, public administration, the economy, science, technology and related topics” (Curran et al. apud Reinemann, 2011:224); ou, numa definição mais recente, “The more a news item is politically

relevant, the more it reports in a thematic way, focuses on the societal consequences of events, is impersonal and unemotional in its style, the more it can be regarded as hard news” (Reinemann, 2011:233).

A leitura de jornais é inferida também como tendo impacto direto na participação política, quer através do fortalecimento de laços sociais, redes sociais e senso de integração na comunidade (Anderson, 1991; McLeod e tal., 1996; Shah, McLeod & Yoon, 2001; Viswanathh e tal., 1990 apud SHEUFELE et al, 2004:322), quer por permitir identificar os assuntos ou problemas que possam requerer envolvimento ou participação cívica (Rothenbuhler, Mullen, DeLaurell & RyulRyu, 1996; Stamm, Emig& Hesse, 1997 apud SHEUFELE et al, 2004:322), e ainda por fornecer informações mobilizadoras sobre eventos sociais ou políticos (Lemert et all., apud SHEUFELE et al, 2004:322).

No caso da televisão, a intensidade da sua influência tende a ser mais inconsistente, graças às diferenças inerentes de apresentação de informação e a sua relação com o processamento de informação individual (McLeod, Scheufele&Moy, 1999; Smith, 1986; Wattenberg, 1984 apud SHEUFELE et all, 2004:322).

Sendo que, quer a leitura de “hard news”, outras práticas de leitura de imprensa e o visionamento de informação televisiva foram ainda identificados, noutros estudos, como possíveis influenciadores indiretos da participação política, através do aumento do conhecimento político (Eveland & Sheufele, 2000; McLeod, Scheufele & Moy, 1999; Scheufele & Nisbet, 2002; Scheufele e tal., 2003, apud SHEUFELE et al, 2004:322).

Web 2.0 e Novos Media

Definida como “não apenas a uma combinação de técnicas informáticas, mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador” (PRIMO, 2007) e com destaque para princípios próximos a uma “arquitetura de participação” (PRIMO, 2007), presente, por exemplo, nas redes peer-to-peer, o desenvolvimento da WEB 2.0 trouxe consigo, à semelhança dos mass media, mudanças ao processo de construção da opinião pública e às condições de acesso ao próprio discurso, segundo vários autores, na medida em que se torna, ela própria, um “espaço de troca comunicacional, de ligações, de partilha de informações, interpretações e significações, de ação, de visibilidade e exposição de si” (BABO, 2013:802).

Criando uma geografia própria virtual – constituída por redes interligadas - que processa o fluxo de informação gerado e o administra a partir de lugares distintos (Castells, 2003:170) a Web 2.0 traz as ferramentas necessárias para o que alguns definem como a “privatização da sociabilidade, que é a sociabilidade entre pessoas que constroem laços eletivos, que não são os que trabalham ou vivem em um mesmo lugar, que coincidem fisicamente, mas pessoas que se buscam” (CASTELLS, 2000, apud MORAES, 2005:274)

Note-se e salve-se que tal não quer dizer que todos os indivíduos tenham, agora, as mesmas condições de acesso ou literacia a estas ferramentas³, mas que “na medida em que

³ A maioria das definições do conceito surgem relacionadas com as desigualdades no acesso à internet, tendo por base condições socioeconómicas distintas. Colby definiu o termo como “the disparity in access

interações humanas via Internet são completamente independentes de “onde” você está, devemos dizer que nela essas interações são desterritorializadas” (EISENBERG, 2003:494). O que faz com esta seja quer um exemplo de uma sociedade em rede, quer uma metáfora para a entender – a Web 2.0 não tem um centro, na medida em não existe um local onde tudo é controlado, mas vários.

Em todos os seus conteúdos, posts, vídeos e imagens, a internet e as redes sociais transformam-se, então, em mais do que um meio de comunicação, mas antes num “modo de inserção que não se detém em analisar, discutir, decodificar a vida social, e sim de sobrecodificar, produzir, multiplicar, amontoar linguagens” (COSTA-MOURA, 2014:156). Peter Dahlgren defende que é nestas novas formas de sociabilidade política, que a internet e Web 2.0 fazem o seu contributo mais relevante para a esfera pública. “One can see an expansion in terms of available communicative spaces for politics as well as ideological breadth compared to the mass media”, afirma (Dahlgren, 2005:152).

E se, para alguns autores a ‘vida’ política na internet, é maioritariamente uma extensão daquela que ocorre fora da internet (Margolis e Resnick, 2000:4 apud Dahlgren 2005:154); para Dahlgren e outros autores surge uma mudança de paradigma de participação e socialização, com novas dimensões a ganharem espaço. Afirma Dahlgren “the internet becomes not only relevant but central: it is especially the capacity for the ‘horizontal communication’ of civic interaction that is paramount” (Dahlgren, 2005:155).

G. **Acessibilidade, Mass Media, Democracia, Participação e Surdez**

Schur, Shields e Schriener concluíram que nas eleições norte-americanas de 2008, as pessoas com algum tipo de incapacidade ou deficiência tinham 7,2% menos de probabilidade de votar do que aqueles sem qualquer tipo de deficiência e com características sociodemográficas similares (SCHUR& ADYA, 2012:18). A existência de algum tipo de deficiência ou incapacidade pode afetar a participação eleitoral em várias medidas – recursos limitados, incluindo capacidade física e mobilidade, rendimentos médios mais reduzidos (geralmente mais constrangidos por despesas médicas mais elevadas) e níveis de habilitação literários mais baixos são apenas alguns dos exemplos muitas vezes elucidados (KRUSE, 1998 apud SCHUR& ADYA, 2012:2).

Também nos Estados Unidos da América, Schur concluiu que aqueles que possuem algum tipo de deficiência são menos propensos em participar em algum outro tipo de atividade política, como contactar políticos eleitos, contribuir monetariamente para campanhas ou marcar presença em eventos e reuniões políticas (SCHUR, 2003 apud SCHUR& ADYA, 2012:3).

No mesmo estudo, foi também possível concluir que, face aos restantes cidadãos sem deficiência, a população surda norte-americana (com e sem implante auditivo, atente-se) apresentava uma taxa de participação eleitoral similar, quer em 2008, quer em 2010. E,

across classifications of race, gender, age, income, and education to telephone, personal computers, and the internet” (Colby, 2006, apud Rogers, 2001:100). Outras definições, no entanto, argumentam que, num futuro não muito distante, mais do que relacionado com a noção de “acesso” físico, o conceito evoluirá para a noção de “‘learning- divide’ or a ‘content-divide’ or some otherdisparity (basedonindividuals’ ability to use the internet in certainways)” (Rogers, 2001:100) .

simultaneamente, apresentava uma maior tendência a ter contactado um representante público, em 2008, face à população ouvinte (SCHUR& ADYA, 2012:20-22).

Entre as razões apontadas para estas diferenças surgem a menor quantidade de barreiras aparente para a população surda interagir com a ‘ restante comunidade’ - sofrendo também, por vezes menos estigma e desconforto social do que pessoas com outras incapacidades -, e também o crescimento, nas últimas décadas, da noção da Cultura e Identidade Surda (SCHUR& ADYA, 2012:22).

Um outro estudo conduzido no Reino Unido sobre a população jovem S/surda, e publicado em 2012, parece indicar uma tendência semelhante. Embora não se considerem envolvidos em “ações políticas”, vários assumiram a participação em, por exemplo, manifestações de minorias como Marchas pelo reconhecimento da *BSL*, *Deaf Pride* ou *Gay Pride* assim como exerciam atividades voluntárias em várias organizações ou associações (SKELTON&VALENTINE, 2012:125-130). O próprio ato de aprender tardiamente ou utilizar contra-hegemonicamente a Língua Gestual pode ser considerado, por alguns autores, como um ato de identidade política (SKELTON&VALENTINE, 2012:127). À semelhança das gerações ouvintes mais novas, como argumentado por Henn, o importante aqui será entender as suas próprias interpretações sobre a atividade e participação políticas (SKELTON&VALENTINE, 2012:131).

Já em Portugal, e segundo dados de um estudo datado de 2007 (SOUSA, PEDROSO,CASANOVA, 2007), as pessoas com deficiência e incapacidade inquiridas que haviam passado ou integrado um processo de reabilitação social revelavam uma percentagem de voto superior à população em geral (Pimenta & Salvado, 2010:165) – resultado inverso ao de outros estudos realizados. Por outro lado, a percentagem daqueles que participavam em associações, organizações ou colectividades era bastante reduzida – sendo que aqueles que o faziam, o faziam de forma passiva (Pimenta & Salvado, 2010:165). Curiosamente, entre 92% e 97% dos inquiridos afirmava que nunca se havia sentido discriminado em qualquer das situações predefinidas no questionário (SOUSA, PEDROSO, CASANOVA, 2007:97).

Media, Participação e Surdez: Uma questão de Acessibilidade

Embora não exista uma dimensão-chave nos estudos realizados que garanta, por si só, a participação total e completa nas atividades cívicas e na sociedade, por parte da população com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o acesso à informação e educação têm sido fatores relevantes e frequentes quando se fala, quer em oportunidades a melhorar, quer em dificuldades sentidas pelos indivíduos

Kloss (1971,1977 apud VALENTINE&SKELTON, 2007:137) diferencia entre direitos de linguagem orientados para a tolerância e direitos de linguagem orientados para a promoção. Enquanto os primeiros salvaguardam o direito à escolha individual de escolher qual a linguagem utilizada em casa ou noutros espaços “privados” e nas suas próprias ‘comunidades’; os segundos referem-se àqueles que os cidadãos devem utilizar quando em contacto com Instituições Públicas ou que se espera que dominem no espaço público (VALENTINE&SKELTON, 2007:137).

Num estudo sobre serviços para S/surdos e pessoas com dificuldades auditivas, publicado em 2010, ambos os grupos identificavam as barreiras comunicacionais como

impeditivas da participação em associações e organizações locais, por exemplo (HARRIS&BAMFORD, 2010:973). Para a comunidade Surda, o acesso à informação assume-se como um problema recorrente e mais profundo do que a limitação do número de intérpretes (Harris, 1997 apud HARRIS&BAMFORD, 2010:971) – apesar das possibilidades tecnológicas que muitos acreditam ser a parte da solução para a questão, embora com alto custo e dificuldade de usabilidade (HARRIS&BAMFORD, 2010:972).

Isto, porque para a população S/surda, o acesso a informação e educação de qualidade pode ser a diferença entre a possibilidade de inclusão social ou exclusão, quer a nível nacional, quer local (HARRIS&BAMFORD, 2010:972).

Em relação aos Mass Media, por exemplo, já nos primórdios dos movimentos sociais da Cultura Surda – nos finais da década de 1980-, nos Estados Unidos da América, uma série de publicações direcionadas à comunidade S/surda publicaram uma série de artigos e cartas que abordavam a questão da discriminação na acessibilidade às telecomunicações, a exclusão dos S/surdos da indústria cinematográfica e televisiva e, ainda, os estereótipos apresentados nestes meios sobre os indivíduos S/surdos, por exemplo (ROSE&KIGER, 1995:524).

Publicado em 2009, e centrado no ambiente virtual brasileiro, o estudo “Lutas por reconhecimentos dos surdos na internet” chegou a conclusões interessantes, não só sobre as potencialidades deste novo meio – na altura ainda estudando as redes sociais Feneis e Orkut, como também o engajamento e dinâmica entre os próprios utilizadores no ambiente online.

Se no primeiro o discurso é dirigido a “um outro presumido” e “a voz associativa demonstra um ponto de vista definido de determinada instituição e apresenta um discurso relativamente homogéneo que se coloca frente à esfera pública de discussão” (GARCÊZ&MAIA, 2009:98); no segundo é encontrada a heterogeneidade característica de qualquer sociedade, sendo o espaço virtual “para as opiniões discordantes e para as contestações existentes. Diferentemente do sítio em que os testemunhos e argumentos são publicados de maneira estática, no Orkut esse outro está presente de maneira palpável na dinâmica de debate” (GARCÊZ&MAIA, 2009:98) – o que reforça o pressuposto teórico de que as lutas por reconhecimento ganham expressão - nos sítios - de modos distintos (GARCÊZ&MAIA, 2009:98).

Ou seja, com tamanha diferenciação de oportunidades online e tão pouca pesquisa – comparativamente - realizada ainda, as autoras defendem que “a pesquisa futura sobre as vozes marginalizadas na Internet deve examinar em maior profundidade”(GARCÊZ & MAIA, 2009:99), e com maior detalhe, diferentes “ambientes virtuais e distintos tipos de comunicação exercidos online” (GARCÊZ & MAIA, 2009:99).

Já em Portugal, e regressando à noção de participação política associada ao conceito de acessibilidade, segundo o relatório dos representantes da *Academic Network of European Disability Experts* no país, datado de Julho de 2014, “in theory, there are no legal limitations on the right of people with disabilities to stand for Office at local, regional, national or European parliament elections according to the principles of non-discrimination namely under the Portuguese Constitution, the Anti-discrimination Law, and the Accessibility Law” (Cardim e Pinto, 2014:4). Sendo que, no entanto, existem alguns pontos contraditórios a esta realidade

teórica identificados no mesmo relatório – dos quais se mencionarão, em seguida, os mais pertinentes a trabalhar no âmbito desta dissertação.

Em primeiro lugar, refere o relatório, nem todas as pessoas com incapacidades têm o direito de voto em base de igualdade com os restantes cidadãos, derivando esta privação da falta de reconhecimento de estatuto legal de cidadão competente, assim como da institucionalização (Cardim e Pinto, 2014:5). Em segundo, referem, os partidos e organizações políticas não se encontravam, à época, sob qualquer obrigação legal de não-discriminação em termos de associação, participação em eventos, comunicação, acesso a informação, etc (Cardim e Pinto, 2014:5). E, por fim, extremamente relevante, não existe qualquer obrigação legal, destinada aos operadores e meios de comunicação, para que os debates eleitorais ou comunicação de partidos políticos seja realizada de forma acessível. As opções são muitas vezes deixadas ao critério das equipas editoriais ou dos próprios partidos. Aquilo que existe, no entanto, e de acordo, com a Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) é uma obrigação de assegurar a possibilidade de que as pessoas com necessidades especiais consigam acompanhar as emissões, assim como a existência de programas destinados a este segmento de público – tal como acordado em planos multi-anuais (Cardim e Pinto, 2014:10). As medidas concretas propostas nestes planos serão analisadas no capítulo seguinte.

IV. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ACESSIBILIDADE

A. A Acessibilidade e Participação segundo a Lei – uma breve análise

Tido como o mais importante registo dos Direitos Humanos a nível internacional, a Declaração Internacional dos Direitos Humanos das Nações Unidas, cita questões relevantes para esta dissertação nos seus artigos: 1º; 2º; 7º; 19º; 27º e 28º, enunciados no anexo A.

Mas falar de Direitos Humanos e dos seus mecanismos de implementação, de forma generalizada daria, por si só para vários trabalhos maiores e mais detalhados do que o presente. Propõe-se, por isso, em seguida, que se foque na análise de uma Convenção particular, surgida mais recentemente, e inspirada na anterior.

Ainda no âmbito das Nações Unidas a *Convenção Sobre os direitos das Pessoas com Deficiência*, adotada em Nova Iorque a 30 de Março de 2007, tome-se nota do artigo 1º, alíneas g) e h); artigo 9º; artigo 16º; E sobretudo, atente-se nos artigos 21º - dedicado à liberdade de expressão, opinião e informação - e no preâmbulo da mesma, alínea v) onde os Estados Partes presentes, a assinam “reconhecendo a importância da acessibilidade ao ambiente físico, social, económico e cultural, à saúde e educação e à informação e comunicação, ao permitir às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais”.

Na *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, o artigo 26º “reconhece e respeita o direito das pessoas com deficiência a beneficiarem de medidas destinadas a assegurar a sua autonomia, a sua integração social e profissional e a sua participação na vida da comunidade” e a *Declaração Europeia sobre Media e Deficiência*, fruto do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência em 2003 ressalva o compromisso dos seus participantes em “promover uma mudança de atitude no sector dos media, combatendo preconceitos e estereótipos”. Sendo que, entre as suas principais premissas encontram-se o assegurar do acesso das pessoas com

deficiência aos serviços dos media e o garantir da acessibilidade física ao ambiente de trabalho na indústria dos mesmos.

No *Plano de Acção sobre Deficiência/Incapacidade do Conselho da Europa para 2006-2015*, recomendações semelhantes surgem, não só no eixo da participação na vida política, como na vida cultural ou no acesso à informação e comunicação. E na sua *Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020*, a União Europeia admite que “subsistem entraves importantes em todas estas áreas. Por exemplo, em média, apenas 5% dos sítios Web públicos na UE-27 cumprem totalmente as normas de acessibilidade definidas para a Internet, ainda que sejam em maior número os que são parcialmente acessíveis. Vários organismos de radiodifusão televisiva transmitem ainda poucos programas legendados e com audiodescrição” (Comissão Europeia, 2010:5).

Já em Portugal, a Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho, conhecida como Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido estabelece-se, no artigo 34º, das obrigações gerais dos operadores, que “a Entidade Reguladora para a Comunicação Social define, ouvidos o Instituto Nacional para a Reabilitação, as demais entidades representativas das pessoas com deficiência, os operadores de televisão e os operadores de serviços audiovisuais a pedido, com base num plano plurianual que preveja o seu cumprimento gradual, e tendo em conta as condições técnicas e de mercado em cada momento por ela verificadas, o conjunto de obrigações relativas à acessibilidade dos serviços de programas televisivos e dos serviços audiovisuais a pedido por pessoas com necessidades especiais, nomeadamente, e atenta a natureza do serviço, o recurso à legendagem, à interpretação por meio de língua gestual, à audiodescrição ou a outras técnicas que se revelem adequadas, bem como à disponibilidade de menus de navegação facilmente compreensíveis”.

B. A ERC e a Responsabilidade de Acessibilidade nos Media

Tendo o presente trabalho sido realizado em plena época de final, reavaliação e deliberação de um novo plano de obrigações por parte desta Entidade, serão tidos em conta na análise dos seus resultados o Plano Plurianual de 2014-2017 e o Plano Plurianual de 2017-2020. Sendo que, por meras questões de espaço e sintetização serão analisadas no seu corpo as principais deliberações do plano em vigor e submetidas para anexo as principais deliberações e avaliações do plano anterior.

Desta forma, no novo Plano Plurianual – destinado ao período compreendido entre de 2016 e 31 de Dezembro de 2020, a ERC determinou as obrigações temporais sintetizadas nas tabelas seguintes:

DATAS	RTP1		RTP2	
	1 fev 2017 - 31 dez 2018	1 jan 2019 - 31 dez 2020	1 fev 2017 - 31 dez 2018	1 jan 2019 - 31 dez 2020
Programas de natureza informativa, de ficção, documentários ou magazines culturais com legendagem	Vinte horas semanais	Vinte horas semanais	Vinte horas semanais	Vinte horas semanais

especificamente destinada a pessoas com deficiência auditiva, recorrendo, para o efeito, a qualquer meio técnico ao seu alcance.				
Programas de natureza informativa, educativa, cultural, recreativa ou religiosa com interpretação por meio de língua gestual portuguesa, incluindo, com periodicidade semanal, a interpretação integral de um dos serviços noticiosos do período noturno.	Doze horas semanais	Doze horas semanais	Doze horas semanais	Doze horas semanais
Programas de ficção ou documentários com audiodescrição	Setenta horas anuais	Setenta horas anuais	Vinte horas anuais	Vinte horas anuais

Tabela 1 Deliberações sobre Acessibilidade em Serviços de programas generalistas de acesso não condicionado livre de âmbito nacional, por parte da ERC, para o Primeiro e Segundo Serviços (RTP1 e RTP2) de Programas Generalista de Televisão Pública, entre as 08h e as 02h

Note-se que no período de 1 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018: “Os serviços de programas temáticos predominantemente informativos que integrem a oferta do serviço público de televisão deverão garantir, no horário compreendido entre as 8h00 e as 00h00, quatro horas semanais de programas de natureza informativa com interpretação por meio de língua gestual portuguesa, incluindo, com periodicidade semanal, a interpretação integral de um dos serviços noticiosos”(ERC, 2016:4).

E no período de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020, “Os serviços de programas temáticos predominantemente informativos que integrem a oferta do serviço público de televisão, deverão garantir, no horário compreendido entre as 8h00 e as 00h00, seis horas semanais de programas de natureza informativa com interpretação por meio de língua gestual portuguesa, incluindo, com periodicidade semanal, a interpretação integral de dois dos serviços noticiosos” (ERC, 2016:4).

	1 fev 2017 - 31 dez 2018	1 jan 2019 - 31 dez 2020
Programas de natureza informativa, de ficção, documentários ou magazines culturais com legendagem especificamente destinada a pessoas com deficiência auditiva, recorrendo, para o efeito, a qualquer meio técnico ao seu alcance.	Dezasseis horas semanais	Dezoito horas semanais
Programas de natureza informativa, educativa, cultural, recreativa ou religiosa com interpretação por meio de língua gestual portuguesa, incluindo, com periodicidade semanal, a interpretação integral de um dos serviços noticiosos do período noturno.	Doze horas semanais	Oito horas semanais

Programas de ficção ou documentários com audiodescrição	Vinte horas anuais	Doze horas anuais
--	--------------------	-------------------

Tabela 2 Deliberações sobre Acessibilidade em Serviços de programas generalistas de acesso não condicionado livre de âmbito nacional, por parte da ERC, para Operadores Privados de Televisão as 08h e as 02h.

É possível observar, nas tabelas 1 e 2 (assim como no anterior plano plurianual de 2014, que por questões de dimensão não foi possível de anexar à presente dissertação), o aumento de horas exigidas entre 2014 e 2010, no que diz respeito às ferramentas de acessibilidade. É ainda visível que, enquanto operadores de serviço público, a RTP1 e RTP2 se vêm na obrigação de transmitir um número de horas semanais e anuais muito mais elevado, nos vários formatos, com estas ferramentas de acessibilidade. Paradoxalmente ao aumento do número de horas exigido aos vários operadores entre 2014 e 2020, é possível observar ainda que este se encontra dividido em duas fases de execução e que nos operadores privados existe um decréscimo de horas exigidas entre as duas fases de execução, com exceção dos programas de natureza informativa, de ficção, documentários ou magazines culturais com legendagem especificamente destinada a pessoas com deficiência auditiva, recorrendo, para o efeito, a qualquer meio técnico ao seu alcance.

C. Contextualização: O contexto sociodemográfico da população S/surda portuguesa

Estimando-se um total de 10 356 117 indivíduos residentes, (INE, 2002:46) em 2001, e de 10 562 178, em 2011, (INE, 2012:18) em Portugal, existem diferenças significativas nas variáveis estudadas, entre os dois inquéritos censitários, no que concerne à população com deficiência e incapacidades residente no país. Sendo que os dados estatísticos oficiais parecem apresentar algumas lacunas ao nível da complexidade e profundidade.

Em 2011, a abordagem da temática foi, pela primeira vez, realizada unicamente sob o ângulo da incapacidade, ao invés do ângulo do conceito bio-médico de deficiência como havia acontecido em 2001, substituindo-se, assim, “a avaliação baseada em diagnósticos de deficiências, por uma auto-avaliação que privilegia a funcionalidade e a incapacidade como o resultado de uma interação dinâmica entre a pessoa e os fatores contextuais” (INE, 2012:27). Ou seja, foi substituída por uma auto-avaliação do grau de dificuldade de realização de tarefas quotidianas, que favorece as noções de funcionalidade e incapacidade como resultado da interação entre o indivíduo e o meio.

Nestes inquéritos censitários, foram avaliados os graus de dificuldade sentidos na realização de atividade, em seis domínios: em ver, mesmo com óculos ou lentes de contacto; em ouvir, mesmo com aparelho auditivo; em subir degraus ou andar; na concentração ou memorização; em tomar banho ou vestir-se sozinho; e, ainda, em fazer-se entender ou compreender os outros. A resposta encontrava-se dentro do conjunto, previamente definido, de três hipóteses: “Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação”; “Tem muita dificuldade em efetuar a ação”; e “Não consegue efetuar a ação” (INE, 2012:27).

Esta mudança metodológica, apesar de acontecer no seguimento de um novo paradigma de análise que se pretende agregador, proposto pelas Nações Unidas, tornou impossível apresentar comparações ou análises evolutivas concretas da população com deficiência em Portugal nos últimos 17 anos, tendo por base exclusivamente os dados Censitários. Esta

dissertação tentará, assim, compensar algumas dimensões através do cruzamento com dados obtidos por outros estudos e/ou avançados por organizações reconhecidas – a nível nacional e europeu - que, embora com datas e contextos diferentes, poderão ser úteis à construção de um enquadramento de análise mais amplo para os resultados e conclusões aqui obtidos.

Segundo os resultados obtidos em 2011, cerca de 17,79% da população portuguesa sentia algum tipo de dificuldade na realização das atividades diárias, sendo que, de entre estes, cerca de 13% identificava algum tipo de dificuldade em “ouvir” (INE, 2011:27).

Dez anos antes, segundo os Censos de 2001, estimava-se que existissem em Portugal 636.059 indivíduos com algum tipo de deficiência clinicamente diagnosticada, entre as quais um total de 84.172 de pessoas surdas. Entre a população surda, a grande tendência encontrava-se condição de inexistência de um grau de deficiência atribuído (58.207), seguido de um grau de deficiência situado entre os 60% e os 80% (7.615). Note-se que os dados de 2011 não permitem esta aferição, de forma concreta, uma vez que a auto-avaliação engloba vários valores subjetivos que poderão variar de indivíduo para indivíduo.

De ressaltar para a presente dissertação, ainda, no que diz respeito ao seu meio de vida, as principais fontes de rendimento da população com deficiência – mais uma vez tendências similares às verificadas na população surda - encontram-se ao nível do trabalho e da pensão ou reforma. De salientar, também, a condição de subsistência a cargo da família em cerca de 12%, dos casos da população com algum tipo de deficiência e em 10% dos casos na população surda.

Outros dados, que se poderão também mostrar relevantes, acerca da incidência de incapacidade segundo a faixa etária, o sexo e localização geográfica, e ainda sobre a sua relação com a dimensão de prática de algum tipo de atividade económica encontram-se no anexo B deste documento.

V. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entre as diferentes abordagens dos paradigmas positivista, interpretativo e crítico, as estratégias metodológicas assumem um papel central na investigação em Ciências Sociais e na interpretação possível dos resultados obtidos.

Métodos de investigação quantitativos e qualitativos diferem entre si de várias formas, mas complementam-se, também, de variadas maneiras (NEUMAN, 2007:84). Autores como Bryman afirmavam que “although qualitative research has quite properly become a prominent strategy in sociology and some other areas of the social sciences, it is by no means as pervasive as quantitative research, and in any case many writers recognise that there is much to be gained from a fusion of the two research traditions” (Bryman, 1988a).

Note-se que, enquanto grande parte dos investigadores que tendem a optar por uma análise quantitativa, se baseiam numa abordagem positivista das Ciências Sociais (NEUMAN, 2007:85); os que optam pela estratégia de metodologia qualitativa assumem um método mais cíclico e menos linear (NEUMAN, 2007:85), numa abordagem difusa, capaz de alcançar subtilezas camadas de significado, inter-relacionar informação diversa e observar diferentes perspetivas (NEUMAN, 2007:85).

No caso da presente dissertação, partindo das teorias analisadas anteriormente, foi então definido uma estratégia metodológica mista para avaliar as várias dimensões de pesquisa selecionadas, e descritas no modelo de análise especificamente construído, apresentado no anexo D.

De modo a tentar perceber realidades que poderiam ser distintas, pela sua localização geográfica e histórico-cultural, optou-se por realizar as entrevistas exploratórias nas duas maiores cidades do país: Lisboa e Porto. Por questões logísticas (provenientes dos constrangimentos sociais e económicos da investigadora), foi impossível agendar também nas ilhas. Para tal foram contactadas, via e-mail as Associação de S/surdos do Porto e a Associação Portuguesa de S/surdos, em Lisboa, que prontamente se disponibilizaram a participar. A seleção de candidatos para as entrevistas foi aleatória. A representatividade numérica de cada cidade, via entrevistados, prende-se com uma tentativa de descentralização das experiências e percepções analisadas.

Durante este processo foi ainda mantido um contacto regular com a Federação Portuguesa de S/surdos, nomeadamente com a sua equipa do pelourinho para a acessibilidade e comunicação. A FPAS revelou-se um intermediário importante entre a equipa de pesquisa e as várias associações de S/surdos do país, quer no momento de convite para a realização de entrevistas exploratórias, quer no momento de divulgação do inquérito por questionário online, quer na facultação de informações importantes sobre a população e sobre a sua posição face às questões da acessibilidade.

No momento de lançamento do inquérito por questionário online – construído com base nas entrevistas exploratórias, nos inquéritos do EUROSTAT e em inquéritos anteriores realizados a população com deficiência - este foi enviado, via email para todas as associações de S/surdos do país, e divulgado em vários grupos fechados de facebook dedicados à população S/surda.

Foi ainda previsto um momento de monitorização de conteúdos televisivos previamente selecionados – de modo a verificar a existência de tradução em LGP ou de legendas previamente inseridas durante o período escolhido – e de análise dos planos plurianuais da Entidade Reguladora para a Comunicação Social sobre a questão, a par das várias posições assumidas pelos principais stakeholders. Decidiu-se que os dados obtidos nesta fase seriam comparados entre si e, posteriormente, analisados à luz dos dados obtidos nas entrevistas exploratórias e no inquérito por questionário online.

A. Descrição do procedimento metodológico

Nesta medida, ao longo deste estudo exploratório, e dada a relativamente escassa recolha de dados anterior sobre a população em estudo, optou-se pela utilização de métodos mistos. Processo que se seguirá apresentado em três fases distintas, apesar de ests serem complementares na sua análise.

As fases designadas como primeira e terceira (na sua componente de análise de conteúdo das deliberações da ERC) – maioritariamente de análise qualitativa de conteúdo – serão guiadas através do modelo proposto por Bardin (2011), e as suas três etapas fundamentais: (a) Pré-análise: ou realização de uma leitura integral do conteúdo escolhido, delimitação do

objeto, formulação de hipóteses, indicadores e preparação do material de estudo a ser trabalhado; (b) Exploração do material: seleção do conteúdo recolhido, definição de categorias e agrupamento do mesmo; (c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação do conteúdo.

A fase intermédia, ou segunda - que embora assuma também uma dimensão qualitativa em algumas questões - e a terceira (na sua componente de monitorização de meios de comunicação quanto à presença de intérprete de LGP ou legendagem) são maioritariamente compostas por dados quantitativos, que serão tratados e analisados – após construção de base de dados, introdução e verificação dos mesmos, no software SPSS – conforme as teorias abordadas previamente nesta dissertação.

1. Primeira fase - Entrevistas exploratórias: adequação dos pressupostos teóricos à realidade da população surda e justificação do modelo de análise

Numa primeira fase foram executadas três entrevistas exploratórias a membros da população S/surda portuguesa.

Estas entrevistas foram realizadas segundo um guião semi-estruturado (presente no anexo D)- que tinha como objetivo a possibilidade de permitir o surgimento de questões não identificadas sobre as várias temáticas - e na presença de um intérprete de língua Gestual. Focaram-se, sobretudo, nas temáticas de: (a) caracterização sociodemográfica; (b) experiência social da deficiência; (c) hábitos de consumo mediático e de informação; (d) participação e socialização política.

Os entrevistados apresentaram com idades compreendidas entre os 27 e os 66 anos, sendo atualmente residentes nas zonas da Grande Lisboa e Grande Porto. Tais entrevistas, será importante relembrar, foram organizadas em parceria com a Associação de Surdos de Lisboa (à qual pertencia um dos entrevistados) e a Associação de Surdos do Porto (da qual eram membros dois dos entrevistados). As entrevistas exploratórias realizaram-se entre janeiro e abril de 2017 e a sua transcrição encontra-se presente no anexo C.

2. Segunda fase - Questionário Online: Possibilidade de expansão da realização do inquérito no plano territorial

As entrevistas exploratórias realizadas na primeira fase da recolha de dados serviram, posteriormente, como ponto de partida para a elaboração do inquérito por questionário online realizado na segunda fase de recolha de dados. Contabilizando um total de sessenta e nove questões (com algumas não obrigatórias ou não aplicáveis), este questionário aborda as seguintes temáticas ou temas: (a) participação política; (b) socialização política; (c) consumo mediático; (d) acessibilidade informacional; (e) caracterização sociodemográfica; (f) experiência da deficiência.

Com um tempo de resposta estimado de 20 a 30 minutos, o questionário foi disponibilizado na íntegra, e simultaneamente, em Língua Portuguesa e em Língua Gestual Portuguesa, tendo sido traduzido por um intérprete certificado e profissional da área. O inquérito encontrou-se online – em formato vídeo e escrito- entre 14 de abril de 2017 e 14 de julho do mesmo ano.

Tendo sido divulgado sobretudo com o apoio das várias associações de surdos do país, a Federação Nacional de Surdos e via redes sociais – quer das associações contactadas, quer

através da publicação em grupos fechados destinados à comunidade surda - o inquérito obteve um total de 26 respostas submetidas, 183 respostas inacabadas e 1006 acessos.

Note-se que, por questões técnicas do software escolhido para realizar o questionário por inquérito online (nomeadamente o pacote de serviços contratados), não foi possível após o término do inquérito ter acesso aos dados das 183 respostas inacabadas.

O seu carácter online - atendendo às características próprias da Web 2.0- tinha como objetivo teórico diluir possíveis barreiras sobretudo físicas e geográficas que pudessem vir a influenciar os resultados obtidos, de forma rápida, com possibilidade de utilização de recursos multimédia como o vídeo e exigindo o investimento de poucos recursos físicos e financeiros (NEUMAN, 2007:189). Por outro lado, trazia consigo os riscos relacionados com o conceito de *digital divide*, privacidade e confidencialidade dos dados, e a acessibilidade multi-screen (NEUMAN, 2007:189). Os últimos dois foram acautelados através da escolha de um website que recorre à encriptação dos dados recolhidos e que possui adaptabilidade total de design aos vários ecrãs de dispositivos electrónicos. Sendo mais complexa, a questão sociológica relacionada com o conceito de digital divide será tida cuidadosamente em conta na análise dos dados recolhidos.

3. Terceira fase - Monitorização de meios de comunicação e análise de documentos e deliberações emitidos pela ERC: tentativa de comparação entre o lado jurídico-legal e o lado quotidiano da acessibilidade

Numa última fase de recolha de dados, foi realizada a monitorização de programas de televisão previamente seleccionados face à presença e disponibilização de legendagem e/ou intérprete de Língua Gestual Portuguesa.

Esta monitorização de meios decorreu entre 30 de junho e 28 de julho de 2017 – durante o período compreendido exatamente entre 14 dias antes e 14 dias após o encerramento do questionário online.

Os programas e canais monitorizados foram seleccionados com base em questões colocadas na fase de entrevistas exploratórias, assim como no princípio legal de direito de acesso à informação. Os programas monitorizados são, assim, exibidos em canais de televisão de sinal aberto.

Foram seleccionados todos os programas de informação e de declarado debate sociopolítico (integrados ou não em outros programas de informação), assim como programas assumidamente dedicados a minorias étnicas ou culturais. Sendo que, no final, foram monitorizados os seguintes conteúdos:

- **RTP1:** Bom Dia Portugal; Jornal da Tarde; Portugal em Direto; Telejornal; Prós e Contras; Voz do Cidadão; Direito de Antena.
- **RTP2:** Euronews; Jornal 2; E2; Sociedade Civil; Voz do Cidadão.
- **SIC:** Edição da Manhã; Primeiro Jornal; Jornal da Noite; Os Europeus; Etnias.
- **TVI:** Diário da Manhã; Jornal da Uma; Jornal das 8; Todos Iguais.

Nesta fase realizou-se ainda a análise das deliberações e recomendações presentes nos planos plurianuais 2014-2017 e 2017-2020 da ERC e do relatório da mesma entidade sobre a implementação do plano plurianual 2014-2017.

B. Desvantagens e limitações da estratégia metodológica, do método e da pesquisa

Durante a aplicação desta estratégia metodológica foram reveladas, naturalmente, desvantagens e limitações ao processo de recolha de dados – afirmação suportada, por exemplo, pelo limitado número de respostas ao questionário online, e a inteligibilidade e coerência de algumas das respostas obtidas no mesmo.

Entre os motivos destas limitações podem encontrar-se várias situações não previstas ou identificadas. No entanto, algumas especificidades da população em estudo e opções tomadas, à priori, na investigação poderão também estar na sua origem.

Desde logo, naquela que foi apelidada de primeira fase, a especificidade de serem realizadas em Língua Gestual Portuguesa – não dominada pela entrevistadora -, e consequentemente, recorrendo ao auxílio de um intérprete traz consigo a possibilidade de perda ou omissão de informação ou subtis dimensões de significado que, de outra forma, poderiam ter sido notadas.

Posteriormente, e já na fase do inquérito online, a pouca quantidade de respostas pode ser explicada por vários motivos – sendo a hipótese mais provável uma conjugação de vários. Entre os quais, encontra-se a opção metodológica, realizada à priori, relativa à extensão do questionário em si – demasiado grande para um médium online, poderá facilmente ser argumentado -, que teve como justificação a pouca quantidade de dados recentes sobre a população em estudo.

Ainda sobre as características técnicas dos questionários, também o facto de a Língua Gestual Portuguesa oficial – e utilizada nos vídeos - poder não ser totalmente compreensível – em todas as suas expressões e gestos – por toda a população S/surda (sobretudo a mais velha, que poderá não ter frequentado escolas com LGP ou que frequentou escolas em que era forçada à oralização), poderá ter diminuído a área de acessibilidade dos mesmos. Isto, a par, naturalmente, das limitações inerentes ao conceito de digital divide – como a falta de condições de acesso ou literacia para realizar um inquérito online -, que eram já previstas na fase de estabelecimento da estratégia metodológica.

Por fim, também questões sociológicas complexas relacionadas com a experiência social da deficiência por parte da população S/surda poderão ter tido algum tipo de influência e não deverão ser descartadas da análise dos resultados. Nomeadamente as questões relacionadas com o sentimento de exclusão face à sociedade ouvinte – e consequentemente, ao desinteresse pelas questões políticas que não se prendam com os seus próprios direitos -; à noção de “Cultura Surda”. À falta de condições de acessibilidade mediática – que poderá agravar as razões anteriores, através da incapacidade de consumo de conteúdos e informação mediática, facilitando o isolamento face ao resto da sociedade portuguesa. À falta de literacia política – que poderá estar relacionada com variadíssimos fatores, como a acessibilidade -; e, similarmente, em alguns aspetos, com uma tendência da população, em geral, das atuais democracias

ocidentais a um desinteresse pela temática dos assuntos políticos – pelo menos enquanto conceptualizados no sentido mais tradicional do termo.

VI. ANÁLISE DOS DADOS

A. Acessibilidade: mais do que uma ‘janelinha’ com intérprete ou o teletexto

Tendo sido realizadas a três indivíduos (dois homens e duas mulheres), residentes no Grande Porto e Grande Lisboa, com idades de 27, 53 e 66 anos.

Sobre estes entrevistados pode dizer-se que: a entrevistada número (1) pertence ao sexo feminino, residente na Grande Lisboa, e tinha à época 27 anos. A entrevistada completou o 12º ano de escolaridade, e encontra-se empregada em regime de full-time na Associação Portuguesa de S/surdos, sendo também membro desta associação. Nasceu surda e assiste frequentemente a programas de televisão, mencionando não só programas informativos, como telenovelas. Votou nulo nas eleições de 2016 – mas apenas por considerar ser obrigatório -, mas revela assinar frequentemente petições ou abaixo-assinados sobre os direitos da população S/surda e participar de manifestações. Indica, no entanto, que o seu interesse por política é baixo, - interessando-lhe sobretudo os assuntos sobre a população surda, ficando a par dos assuntos sobre a temátca sobretudo, através do contacto com outros membros da comunidade S/surda ou de familiares e amigos.

O inquirido número (2) é do sexo masculino, natural da freguesia de Bonfim, no Porto (onde continua a residir), e tinha, à época, 53 anos. Completou o 6º ano de escolaridade e encontra-se, neste momento empregado em regime de full-time, por conta de outrem. Este entrevistado adquiriu incapacidade auditiva total aos 8 anos de idade, devido a complicações pós-cirúrgicas e é fluente em LGP. Assiste diariamente a programas informativos, sobretudo em jornais e televisão, identificando dificuldade de acessibilidade a vários conteúdos, assim como de comunicação com a sociedade ouvinte em vários momentos. O inquirido em questão votou nas últimas eleições presidenciais, mas considera difícil “uma pessoa surda participar em atos políticos”, tendo tendência a discutir política maioritariamente com o seu círculo mais próximo. É ainda co-fundador da Associação de Surdos do Porto.

Por fim o entrevistado número (3) pertence também ao sexo masculino, com idade de 66 anos e residente no concelho de Valongo. É detentor do grau académico de licenciado e atualmente (após se reformar do setor da Banca) é gestor de projetos de formação profissional para pessoas S/surdas. Fluente em LGP, é surdo pós-locutivo (tendo perdido a audição aos 13 anos), sendo que se assume como forte defensor de um esforço partilhado entre comunidade ouvinte e não ouvinte no momento da comunicação, ao invés da segregação’ desta última. O inquirido é leitor e telespectador diário de programas de informação, referindo a necessidade de mais programas traduzidos em LGP e a existência de legendagem em todos, como passo fundamental para a eliminação das barreiras de comunicação. Oriundo de uma família bastante ativa politicamente, é atualmente o primeiro deputado municipal surdo no concelho onde reside. Quando questionado sobre ter votado nas últimas eleições, respondeu afirmativamente e acrescentou que “jamais votou em branco ou nulo”. Era, ainda, à data Diretor da Associação de Surdos do Porto.

Os dados obtidos validaram, essencialmente, quatro grandes questões: (1) todos reportaram já ter experienciado situações de discriminação face a indivíduos ouvintes; (2) todos identificam a comunicação como grande barreira na interação social, sobretudo junto da “sociedade ouvinte”; (3) todos mencionam a dificuldade no acesso à informação, sobretudo

através dos media tradicionais; (4) tendencialmente desvalorizam a capacidade pessoal de influência política, mas reconhecem a capacidade da influência de “um grupo de pessoas” na mesma.

Para além disto, as entrevistas suscitaram também interesse por temáticas e questões não previstas. Primeiro, (1) o facto de a existência de legendagem/teletexto ou intérprete não garantir, por si só, a acessibilidade a conteúdos mediáticos, nomeadamente devido à: (a) existência de poucos intérpretes; (b) pequena dimensão da caixa onde se encontra o intérprete, em relação ao tamanho do ecrã; (c) baixa qualidade de algumas destas traduções ou legendagens; (d) existência de poucos conteúdos com caixa de intérprete ou legendagem/teletexto. Além disso, verificou-se (2) uma tendência para discutir política sobretudo com o seu círculo mais próximo. Junta-se (3) o facto de a imprensa escrita (e a legendagem de conteúdos) se poder revelar um desafio para alguns, na medida em que a sua língua nativa tanto pode ser a língua portuguesa como a língua Gestual Portuguesa (e é neste último caso que surge o problema), e ainda se são, ou não, surdos profundos de nascença. Verificou-se ainda que (4) apesar de demonstrarem interesse relativo pela política, de uma forma geral, a maioria dos entrevistados destacou as políticas de inclusão como grande foco de preocupação. Os (5) entrevistados têm por hábito participar no ato eleitoral – tendo os mais velhos maior tendência a utilizar esta forma de participação política de forma frequente- e, mesmo quando não o fazem regularmente, tendem a participar ativamente no preenchimento de petições e abaixo-assinados, assim como participam em manifestações. Por fim, (6) e, à semelhança da comunidade ouvinte, a idade e o ciclo de vida podem ser um fatores importantes na atitude adoptada face à política, segundo estas entrevistas. No entanto, foi possível observar no decorrer das mesmas que, simultaneamente e de modo complexo, o ser surdo de nascença e a língua nativa podem revelar-se um fator tão ou mais importante que a idade e ciclo de vida.

B. Múltiplos fatores num questionário estatisticamente não significativo e Diretivas da ERC não completamente respeitadas

Note-se que, dado o extremamente reduzido número de respostas válidas ao inquérito online realizado, nenhum dos resultados seguintes pode ser considerado estatisticamente significativo, mas apenas meramente indicativo. Os resultados apresentados provêm do inquérito realizado online que contou com um total de 1006acessos: 183 respostas inacabadas, mas apenas 26 respostas completas, revelando uma taxa de sucesso de 2,6%. Uma análise crítica das suas circunstâncias e dos dados obtidos, à luz deste facto, será realizada mais à frente na presente dissertação.

A população inquirida caracteriza-se por ter uma idade média de 36 anos, sendo maioritariamente natural de Portugal (à excepção de um inquirido, natural de Moçambique) e maioritariamente residente nos distritos de Lisboa e Porto (26,9% para cada distrito), seguidos de Aveiro e Madeira (11,5%, cada um), Açores (7,7%), Braga, Faro, Viana do Castelo e Vila Real (3,8%, cada). Durante a sua infância, a maioria dos inquiridos residiu numa área urbana (57,7%) ou semi-urbana (23,1%). A maioria dos inquiridos identifica-se como sendo do sexo masculino (76,9%, face a 23,1% de indivíduos do sexo feminino).

Maioritariamente, a população inquirida neste estudo tem um nível de instrução equivalente ao Secundário complementar (12º ano) completo (30,8%) e à licenciatura (30,8%), seguido do nível de Mestrado completo (11,5%). Atualmente, a maioria encontra-se como

trabalhador a tempo inteiro (53,8%) e por conta de outrem (69,6%). Quanto ao seu rendimento, a maior parte desta população auferir um valor entre 500 e 1000 euros mensais (30,8%), seguido do patamar entre 0 e 500 euros mensais (23,1%) e do patamar de 100 a 1500 euros mensais (19,2%). Este rendimento provém, na maioria dos casos, do seu próprio salário (65,4%), embora seja de salientar outras fontes de rendimento, como a pensão de reforma ou uma prestação da Segurança Social não específica para pessoas com deficiência (19,2%), e ainda um subsídio ou prestação social para pessoas com deficiência (7,7%).

A maioria dos indivíduos é solteiro (61,5%) e não tem à sua guarda crianças com idade até aos dezasseis anos, idosos ou pessoas com deficiência a seu cargo (76,9%). Numa nota complementar, 69,2% dos inquiridos é membro de alguma das várias associações de surdos do país.

1. As condições de acessibilidade e o consumo de informação mediatizada pelos meios de comunicação social

No caso particular da acessibilidade a programas ou conteúdos de televisão, havia surgido, na fase de entrevistas exploratórias, a questão da qualidade da legendagem e tradução em LGP dos mesmos. Nesta medida, também estas variáveis foram alvo de tentativa de análise no inquérito online e na dimensão de monitorização dos media selecionados.

Como foi possível verificar na parte teórica desta dissertação, a Entidade Reguladora da Comunicação Social assume um papel essencial na deliberação e controlo da existência de ferramentas de acessibilidade, não só para a população surda, como para a população com incapacidades em geral, sobretudo ao nível dos órgãos de comunicação televisivos, com base nos seus planos plurianuais.

Com o trabalho de recolha de dados a ser realizado entre 2016 e 2017, a presente dissertação acompanhou uma fase de transição e avaliação destes planos, nomeadamente os planos de 2014-2017 e de 2017-2020. Nesta medida, optou-se por incorporar na sua metodologia a análise destes documentos, de forma a complementar a monitorização de meios realizada de forma autónoma.

Analisando comparativamente as deliberações dos dois planos anuais mencionados, é possível verificar um aumento significativo das horas de transmissão, em condições de acessibilidade, entre 2014 e 2020, quer em operadores de serviço público, quer em operadores privados de sinal aberto.

No mais recente relatório de regulação, datado de 2017, a ERC dá conta de diferenças significativas no cumprimento dos requisitos horários: quer entre a ferramenta de legendagem específica para pessoas com incapacidade auditiva e a ferramenta de tradução LGP; quer entre os operadores de Serviço Público e os operadores privados de televisão. Sendo que estas diferenças surgem também ao nível de géneros de conteúdos disponibilizados.

No que diz respeito às 16 horas semanais com legendagem específica para a população surda, no serviço público apenas a RTP2 os cumpriu, tendo, aliás, excedido os valores previstos, com a RTP1 a falhar em algumas das semanas analisadas pela ERC. Os operadores privados SIC e TVI também não cumpriram a obrigação de 16 horas semanais em vários dos momentos analisados.

aparelhos de teletexto na TDT) ou a inexistência de ambas as possibilidades. Sendo que, das duas ferramentas de acessibilidade, aquela que registou menor taxa percentual de existência (ou total taxa percentual de inexistência) foi, precisamente a legendagem pré-existente. Para se certificar que esta distinção era possível, vários programas foram assistidos em aparelhos de televisão convencionais no modo de gravação ou *rewind*.

No que diz respeito aos programas de informação, os canais de serviço público (RTP e RTP2) são, efectivamente, aqueles que mais condições de acessibilidade oferecem aos seus telespectadores surdos, com uma percentagem de 100% de existência de intérprete de LGP nos conteúdos Jornal da Tarde e Telejornal da RTP1, assim como no Jornal da 2 da RTP2.

Analisando a acessibilidade destes conteúdos por faixa horária, como é possível analisar nas ilustrações 2, 3 e 4, verifica-se que: (a) apenas a RTP1 disponibilizou, em algum momento (32,3% das emissões), intérprete LGP no seu programa de informação matinal, algo ausente de todas as outras estações neste horário; (b) durante o horário do almoço apenas os programas de informação da RTP1 contaram com 100% de emissões com intérprete LGP, enquanto a SIC e a TVI não o disponibilizaram em qualquer momento neste horário – a RTP2 não conta com informação neste horário; (c) no horário nobre os programas de informação contaram com intérprete de LGP em 100% das emissões na RTP1 e RTP2, e em 12,9% das emissões da SIC e TVI.

Também os programas que visam a participação direta do telespectador na gestão e crítica do serviço público de televisão, nomeadamente a Voz do Cidadão (na RTP1 e RTP2) e o Direito de Antena (RTP2) contaram com taxas percentuais superiores a 75% de existência de intérprete de LGP nas suas emissões.

Factos mais interessantes, no entanto, surgiram da análise da acessibilidade a conteúdos de infotainment e debate sociopolítico, tal como de conteúdos destinados especificamente a minorias étnicas ou sociais.

No caso dos primeiros, e integrando nesta análise os programas Prós e Contras da RTP1, Sociedade Civil da RTP2, e Os

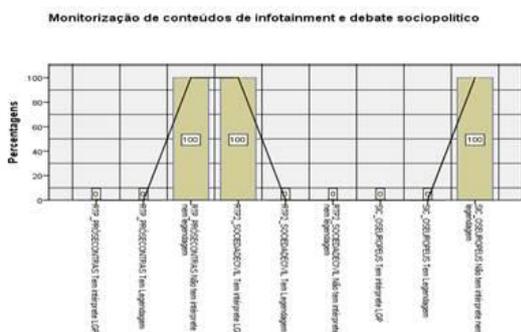


Ilustração 5 Monitorização de conteúdos de infotainment e debate sociopolítico



Ilustração 6 Monitorização de Meios destinados especificamente a minorias étnicas

Europeus da SIC, todos registaram uma taxa percentual de 100% na categoria de “sem legendas nem intérprete LGP” no período de tempo analisado.

Resultado semelhante ao dos programas Etnias, na SIC, e Todos Iguais, na TVI (este especialmente dedicados às minorias).

Merecedor de especial atenção é o programa E2, um magazine realizado por alunos universitários de comunicação social e transmitido na RTP2, e que, portanto, nos remete para uma noção de formação de futuros profissionais e estabelecimento de boas práticas futuras. Este programa destaca-se, pela negativa, por não contar, em momento algum do período analisado, com qualquer ferramenta de acessibilidade para os cidadãos surdos.

No que diz respeito ao consumo mediático, os dados do inquérito realizado online indicam a televisão como meio de comunicação com mais tempo médio de acesso, com 65,4% dos inquiridos a afirmarem assistir entre uma a três horas por dia. Segue-se os jornais, online ou

		Nº respostas afirmativas	Percentagem de respostas afirmativas	Percentagem de respostas afirmativas válidas
RTP2_E2	Tem intérprete LGP	0	0,0%	0,0%
	Tem Legendagem	0	0,0%	0,0%
	Não tem intérprete nem legendagem	7	100,0%	100,0%

Tabela 3 Monitorização do Programa E2

impressos, com uma média de 42,3% dos inquiridos a aceder a eles entre uma a duas horas, seguindo-se 11,5% que confirmaram gastar mais de três horas de acesso diário, em média. O meio de comunicação social menos utilizado é, por razões provavelmente óbvias, a rádio e os podcasts, com 76,9% dos inquiridos a indicarem não ouvi-los durante “nenhum” tempo diário.

Em média, e por semana, a maioria dos inquiridos (88,5%) afirma dedicar até cerca de uma hora e meia a programas de política e/ou atualidade.

Entre os espectadores de televisão, aparenta haver uma tendência de que quanto maior a média de satisfação com as ferramentas de legendagem e tradução disponíveis, maior o tempo assistido por dia ao meio de comunicação social, e vice-versa. Destes espectadores, os dados recolhidos permitiram perceber também que quanto maior o grau de incapacidade medicamente atribuído, menor a satisfação média com a qualidade destas ferramentas. Similarmente – e este é um dado que merece estudos futuros –, foram os que não nasceram surdos que mostraram graus de satisfação menores no que diz respeito à qualidade das legendas e intérpretes disponibilizados, assim como aqueles com incapacidade auditiva total mas com presença de implante ou outro aparelho auditivo.

		Como classificaria: [... a qualidade das legendas atualmente disponibilizadas pelos meios de comunicação social?]		Como classificaria: [... a qualidade e/ou visibilidade dos intérpretes presentes, atualmente, nos vários conteúdos mediáticos ?]	
		Média de classificação atribuída pelos inquiridos	Percentagem de tempo utilizado a realizar a ação	Média de classificação atribuída pelos inquiridos	Percentagem de tempo utilizado a realizar a ação
Num dia de semana normal, quanto tempo passa, ao todo, a ver ou ler : [Televisão]	Nenhum	1	3,8%	4	3,8%
	Menos de uma hora	6	19,2%	4	19,2%
	Entre uma hora a duas horas	5	50,0%	4	50,0%
	Entre duas horas e três horas	5	15,4%	5	15,4%
	Mais de três horas	7	11,5%	7	11,5%
	Não sabe	.	0,0%	.	0,0%
Ainda num dia de semana normal, quanto desse tempo é dedicado a notícias ou programas acerca de política e assuntos de actualidade?	Nenhum	.	0,0%	.	0,0%
	Menos de meia hora	5	42,3%	5	42,3%
	Entre meia hora a uma hora	6	34,6%	4	34,6%
	Entre uma hora e uma hora e meia	3	11,5%	3	11,5%
	Entre uma hora e meia e duas horas	.	0,0%	.	0,0%
	Entre duas horas e duas horas e meia	4	3,8%	4	3,8%
	Entre duas horas e meia e três horas	.	0,0%	.	0,0%
	Mais de três horas	6	7,7%	6	7,7%
	Não sabe	.	0,0%	.	0,0%

Tabela 4 Qualidade da legendagem e tradução face ao tempo de exposição aos meios de comunicação

Através dos dados recolhidos foi também possível verificar que as inquiridas do sexo feminino são aquelas que, tendencialmente, afirmam dedicar menor tempo diário a programas de informação ou assuntos da atualidade. Curiosamente, são também estas que mais afirmam

ter-se sentido, pelo menos uma vez, vítimas de discriminação face a cidadãos ouvintes: 100% de respostas afirmativas, face a 80% dos homens.

2. As novas TIC como oportunidade

Numa comparação entre a utilização dos mass media tradicionais e das novas TIC, o primeiro dado a salientar, da análise realizada neste inquérito, é que 96,2% dos inquiridos responderam afirmativamente quando questionados se alguma vez sentiram dificuldade no acesso à informação ou outros conteúdos mediáticos, por falta de legendagem ou intérprete. Por sua vez, a percentagem de respostas negativas à mesma questão é de 0%, como se pode verificar no quadro 9. Quando questionados, pelos mesmos motivos, se sobre se alguma vez deixaram de assistir a algum programa ou conteúdo, a percentagem de respostas afirmativas é exatamente a mesma, sendo que apenas 3,8% dos inquiridos responderam negativamente.

		Como classificaria: [... a qualidade das legendas atualmente disponibilizadas pelos meios de comunicação social?]		Como classificaria: [... a qualidade e/ou visibilidade dos intérpretes presentes, atualmente, nos vários conteúdos mediáticos ?]	
		Qualidade média atribuída	Percentagem de utilizadores	Qualidade média atribuída	Percentagem de utilizadores
É um utilizador de pelo menos uma rede social (ex: Facebook, Twitter, Instagram, Google+)?	Sim	5	96,2%	5	96,2%
	Não	7	3,8%	5	3,8%
	Não Sabe	.	0,0%	.	0,0%

Tabela 5 Qualidade da legendagem e tradução face à utilização de novos media

Embora apenas 34,6% dos inquiridos se afirme utilizador de algum tipo de aplicação para tablet ou smartphone relacionadas com a tradução, transcrição ou interpretação de conteúdos em Língua Portuguesa ou LGP, 88,5% dos que responderam dizem aceder à internet com uma frequência diária.

Quanto às redes sociais online, 96,2% tem, pelo menos, um perfil numa dessas plataformas, e 92,3% já utilizou as redes sociais ou outras ferramentas sociais para receber, obter ou difundir informação. Entre as categorias da variável analisadas, aliás, a única que regista um valor de respostas afirmativas menor do que 50% é a utilização das redes sociais ou outras ferramentas da internet para organizar ações cívicas individuais ou em grupo: um total de 42,3%.

		Percentagem de respostas
Alguma vez utilizou as redes sociais ou outras ferramentas da Internet para: [Receber, procurar ou obter informação?]	Sim	92,3%
	Não	7,7%
	Não Sabe	0,0%
Alguma vez utilizou as redes sociais ou outras ferramentas da Internet para:	Sim	96,2%

[Comunicar com outras pessoas com interesses nos mesmos temas?]	Não	0,0%
	Não Sabe	3,8%
Alguma vez utilizou as redes sociais ou outras ferramentas da Internet para: [Organizar ações cívicas (individualmente ou em grupo)?]	Sim	42,3%
	Não	53,8%
	Não Sabe	3,8%
Alguma vez utilizou as redes sociais ou outras ferramentas da Internet para: [Divulgar causas a serem apoiadas?]	Sim	69,2%
	Não	30,8%
	Não Sabe	0,0%
Alguma vez utilizou as redes sociais ou outras ferramentas da Internet para: [Assinar uma petição ou abaixo-assinado?]	Sim	76,9%
	Não	23,1%
	Não Sabe	0,0%
Alguma vez utilizou as redes sociais ou outras ferramentas da Internet para: [Obter informação sobre agenda política a partir das páginas de partidos, movimentos cívicos ou outras instituições?]	Sim	57,7%
	Não	38,5%
	Não Sabe	3,8%

Tabela 6 Tipo de utilização dos novos media

Entre os 96,2% de utilizadores de redes sociais, aliás, o grau de satisfação médio com a qualidade das ferramentas de legendagem e tradução não ultrapassa os 5 valores em 10 possíveis. Quando questionados sobre se já as usaram (ou a outros utensílios da internet) para receber, procurar ou difundir informação, os graus de satisfação médios com as ferramentas de acessibilidade anteriormente referidas é claramente mais baixo junto dos que afirmaram já o ter realizado, em comparação com os que nunca o fizeram, como é possível verificar na tabela 7.

		Como classificaria: [... a qualidade das legendas atualmente disponibilizadas pelos meios de comunicação social?]		Como classificaria: [... a qualidade e/ou visibilidade dos intérpretes presentes, atualmente, nos vários conteúdos mediáticos ?]	
		Qualidade média atribuída	Percentagem de utilizadores	Qualidade média atribuída	Percentagem de utilizadores
É um utilizador de pelo menos uma rede social (ex: Facebook, Twitter, Instagram, Google+)?	Sim	5	96,2%	5	96,2%
	Não	7	3,8%	5	3,8%
	Não Sabe	.	0,0%	.	0,0%
Alguma vez utilizou as redes	Sim	5	92,3%	4	92,3%

sociais ou outras ferramentas da Internet para: [Receber, procurar ou obter informação?]	Não	7	7,7%	8	7,7%
	Não Sabe	.	0,0%	.	0,0%
Alguma vez utilizou as redes sociais ou outras ferramentas da Internet para: [Comunicar com outras pessoas com interesses nos mesmos temas?]	Sim	5	96,2%	5	96,2%
	Não	.	0,0%	.	0,0%
	Não Sabe	1	3,8%	4	3,8%
Alguma vez utilizou as redes sociais ou outras ferramentas da Internet para: [Organizar ações cívicas (individualmente ou em grupo)?]	Sim	5	42,3%	4	42,3%
	Não	5	53,8%	5	53,8%
	Não Sabe	2	3,8%	2	3,8%
Alguma vez utilizou as redes sociais ou outras ferramentas da Internet para: [Divulgar causas a serem apoiadas?]	Sim	6	69,2%	4	69,2%
	Não	4	30,8%	5	30,8%
	Não Sabe	.	0,0%	.	0,0%
Alguma vez utilizou as redes sociais ou outras ferramentas da Internet para: [Assinar uma petição ou abaixo-assinado?]	Sim	5	76,9%	4	76,9%
	Não	5	23,1%	6	23,1%
	Não Sabe	.	0,0%	.	0,0%
Alguma vez utilizou as redes sociais ou outras ferramentas da Internet para: [Obter informação sobre agenda política a partir das páginas de partidos, movimentos cívicos]	Sim	6	57,7%	5	57,7%
	Não	4	38,5%	5	38,5%
	Não Sabe	2	3,8%	2	3,8%

Tabela 7 Qualidade da legendagem e tradução face ao tipo de utilização de novos media

3. Exposição, acessibilidade e consumo de informação e o interesse pela temática política/ participação política

Quando comparada com a participação política dos inquiridos, é possível traçar uma aparente tendência entre a participação eleitoral e a exposição a conteúdos. Enquanto a maioria dos inquiridos que respondeu afirmativamente sobre ter votado nas últimas eleições de 2016, afirma dedicar, em média, pelo menos até uma hora diária a programas informativos veiculados por meios de comunicação social, aqueles que não exerceram o seu direito de voto, nunca ultrapassaram uma hora e meia diária, em média, dedicada a este tipo de conteúdos.

Similarmente, nas várias categorias de participação não eleitoral avaliadas no inquérito online realizado, aqueles que responderam “não” a tê-las realizado nos últimos 12 meses parecem ter dedicado, em média, menos tempo diário a conteúdos informativos veiculados pelos meios de comunicação social do que quem respondeu afirmativamente às mesmas.

Embora os dados recolhidos não permitam tirar conclusões estatisticamente significativas, é na participação eleitoral que os resultados parecem apresentar uma tendência mais consistente, com o grau de satisfação (quer com a qualidade das legendas, quer com a qualidade dos intérpretes) a não ultrapassarem a barreira dos cinco, numa escala de zero a dez e, inclusive, a qualidade média das legendas percebida por aqueles que votaram nas últimas eleições a ser superior à daqueles que não votaram.

Com base na população surda inquirida, foi possível aferir uma taxa de participação eleitoral de 65,4% face a uma taxa de abstenção de 23,1%.

Já no que diz respeito à participação dita não eleitoral, verifica-se que não se pode construir uma variável compósita, com base nas categorias propostas pelo inquérito europeu, dada a consistência interna fraca das respostas, com um valor de alfa de Cronbach⁴ 0,634.

No entanto é possível concluir que, de todas as categorias analisadas, as que maior diferença de média apresentam face às restantes são a Participação numa Manifestação nos últimos 12 meses (dada a sua exclusão da variável compósita⁵ resultar num alfa de Cronbach de 0.689) e Ter assinado uma Petição nos últimos 12 meses (cuja exclusão da variável compósita resultaria num alfa de Cronbach de 0.647) – o que parece indicar um papel particular destas formas de participação não eleitoral face às restantes na participação política da população surda que respondeu ao inquérito online.

Sendo que, tendo em conta as frequências obtidas nas formas de participação não eleitoral, a categoria “ter assinado uma petição nos últimos 12 meses” é a que maior percentagem de respostas afirmativas, com um total de 80,8%. E a “participação em formas de protesto ilegais como corte de estrada e boicote eleitoral”, a que menos adesão suscitou, com apenas um total de 7,7% de respostas afirmativas.

Quando comparadas com as taxas de participação política eleitoral e não eleitoral, as respostas a já ter sentido dificuldade no acesso à informação ou outros conteúdos mediáticos, por falta de legendagem ou intérprete, parecem demonstrar uma relação, no mínimo, com interesse para ser estudada. Note-se que das respostas afirmativas à variável já ter sentido dificuldade no acesso à informação, 68% participou eleitoralmente nas eleições de 2016, face a apenas 24% de não participantes. No entanto, o grupo dos votantes apenas revela uma taxa de participação não eleitoral percentualmente maior do que a não participação na categoria “Assinou uma petição nos últimos 12 meses”. E, nas restantes categorias de participação não eleitoral estudadas, todas as percentagens de respostas afirmativas são inferiores a 50%.

⁴ Medida estatística que avalia a consistência interna de uma variável ou conjunto de itens questionados (ou a confiabilidade de um questionário) tendo por base a correlação média entre as suas respostas. O seu valor varia entre 0 e 1, considerando-se os valores de referência $x < 0,6 =$ correlação demasiado baixa; $0,6 < x < 0,7 =$ aceitável, mas fraca; $x > 0,7 =$ correlação estável; $x > 0,8 =$ correlação muito forte.

⁵ Estrutura de dados que se caracteriza por agrupar um conjunto de variáveis do mesmo tipo, através de processos estatísticos ou aritméticos. Neste caso a variável composta criada através do software spss, pretendia originar a variável composta de participação não-eleitoral e incluía os dados das variáveis: “Há várias acções que se podem desenvolver para melhorar as coisas em Portugal ou para evitar que corram mal. Durante os últimos 12 meses, fez alguma das seguintes coisas? [Contactou um político, um representante do governo central ou um representante do poder local]; [Trabalhou para um partido político ou movimento cívico]; [Trabalhou ou participou numa organização ou associação de outro tipo]; [Usou um emblema auto-colante de campanha/movimento]; [Assinou uma petição]; [Participou numa manifestação]; [Boicotou determinados produtos]; [Comprou de propósito determinados produtos por razões de ordem política, ética ou ambiental.]; [Deu dinheiro a um grupo ou organização política]; e [Participou em acções de protesto ilegais (corte de estrada, boicote eleitoral)].

As respostas supra-mencionadas tornam-se ainda mais interessantes quando analisadas em conjunto com os cruzamentos da variável “já ter sentido dificuldade no acesso à informação ou outros conteúdos mediáticos” com as práticas de interesse e percepção da temática política, assim como o grau de satisfação com as instituições políticas. Neste último caso, é visível que em nenhum dos casos (Atuação do Governo; Funcionamento da democracia em Portugal; Estado da economia Portuguesa; a Vida em geral; Estado da educação em Portugal; e o Sistema de Saúde em Portugal), o grau médio de satisfação dos inquiridos nunca ultrapassou a metade positiva da escala de 0 a 10. Sendo o valor mais alto a média de satisfação com a forma de atuar do atual Governo – que atingiu 5 em 10-, e o mais baixo a média de satisfação com o Estado da educação em Portugal, com um valor de 3 em 10.

Grau de Satisfação	Alguma vez sentiu dificuldade no acesso à informação ou outros conteúdos mediáticos, por falta de legendagem ou intérprete?		
	Sim	Não	Não sabe
	Grau médio de satisfação dos inquiridos	Grau médio de satisfação dos inquiridos	Grau médio de satisfação dos inquiridos
A forma como o Governo português está a actuar	5	.	3
O funcionamento da democracia em Portugal	4	.	2
O Estado actual da economia portuguesa	4	.	2
A vida em geral	4	.	3
O estado da Educação em Portugal	3	.	4
Serviços de Saúde em Portugal	4	.	4

Tabela 8 Grau de Satisfação e Sentimento de dificuldade no acesso à informação

Já no que diz respeito ao interesse e percepção da temática política, dos inquiridos que afirmaram já ter sentido algum tipo de dificuldade no acesso à informação ou outros conteúdos informativos veiculados pelos meios de comunicação social, por falta de legendagem ou intérprete, a maior percentagem afirma ter “algum interesse pela política” (52%); discutir política apenas uma vez por menos ou menos (36%); ter uma frequência de “algumas vezes” em que a política lhe parece tão complicada que não percebe verdadeiramente o que se está a passar (48%); e acredita que “muito poucos políticos se interessam” (48%) por aquilo que pessoas como eles próprios pensam (44%).

4. Dados complementares de relevo

Foi possível observar que as inquiridas do sexo feminino demonstraram tendência a ter um menor interesse pela temática política, assim como mais frequentemente “nunca” discutir política e assuntos da atualidade e experienciarem momentos em que a política lhes parece tão complicada que não percebem verdadeiramente o que se está a passar. Simultaneamente,

também entre as inquiridas do sexo feminino se verifica um maior cepticismo face ao interesse da classe política pelas suas opiniões, tal como demonstra a tabela 9.

		Sexo:	
		Feminino	Masculino
		Percentagem de respostas obtidas no total de inquiridas	Percentagem de respostas obtidas no total de inquiridos
De um modo geral, qual o seu interesse pela política?	Total interesse	0,0%	30,0%
	Muito interesse	33,3%	15,0%
	Algum interesse	66,7%	45,0%
	Nenhum interesse	0,0%	10,0%
	Não sabe	0,0%	0,0%
Com que frequência discute política e assuntos da actualidade?	Nunca	33,3%	15,0%
	Uma vez por mês ou menos	33,3%	40,0%
	Várias vezes por mês	33,3%	5,0%
	Várias vezes por semana	0,0%	20,0%
	Todos os dias	0,0%	20,0%
	Não sabe	0,0%	0,0%
Com que frequência a política lhe parece tão complicada que não percebe verdadeiramente, o que se está a passar?	Nunca	0,0%	5,0%
	Raramente	16,7%	20,0%
	Algumas vezes	50,0%	50,0%
	Bastantes vezes	16,7%	5,0%
	Frequentemente	16,7%	20,0%
	Não sabe	0,0%	0,0%
Acha que os políticos, em geral, se interessam por aquilo que as pessoas como o sr/a sra. pensam?	Quase nenhuns se interessam	16,7%	5,0%
	Muito poucos se interessam	33,3%	45,0%
	Alguns interessam-se	50,0%	30,0%
	Muitos interessam-se	0,0%	10,0%
	Quase todos se interessam	0,0%	10,0%
	Não sabe	0,0%	0,0%

Tabela 9 Sexo e interesse pela política

No que diz respeito à faixa etária dos inquiridos e a sua relação com a política, os dados não permitem tirar conclusões claras, indicando apenas possíveis tendências. Da população inquirida, todos aqueles que não exerceram o seu direito de voto nas eleições de 2016 tinham idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos; e, daqueles que participaram eleitoralmente, a maioria percentual tinha entre 30 e 50 anos., como se pode ver na ilustração 7.

Mais especificamente nesta relação, o interesse pela política parece demonstrar tendência a aumentar com a idade, inversamente à frequência de esta parecer “tão complicada que não percebe realmente o que se está a passar”. Paradoxalmente, existe um pico positivo desta sensação na faixa etária entre os 40 e os 50 anos. Já no que diz respeito à percepção do interesse dos agentes políticos na sua opinião, a geração mais nova – entre os 20 e os 30- é aquela que se parece mostrar mais céptica, com cerca de dois terços dos inquiridos desta faixa etária a considerarem que “quase nenhuns” ou “muito poucos” se interessam.

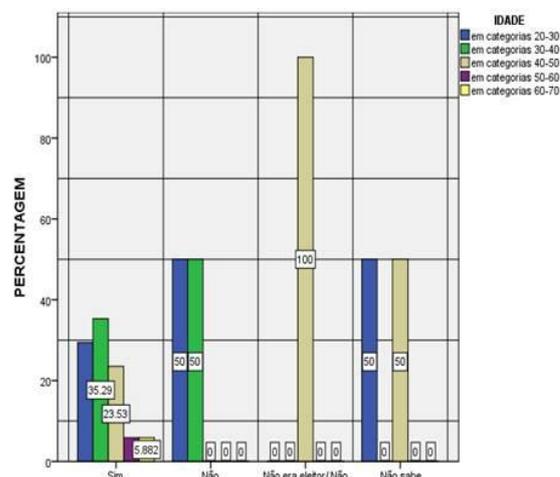


Ilustração 7 Idade e Participação Eleitoral

A pertença a alguma associação de surdos parece também estabelecer relação positiva – embora por uma margem reduzida no inquérito realizado e, portanto, apenas confirmável com um novo estudo - com a participação política e a confiança nas instituições por parte dos inquiridos.

A nível eleitoral, na medida em que os membros de alguma associação de surdos apresentam uma maior percentagem de participação eleitoral do que as que não são membros; e, simultaneamente, aqueles que não são membros apresentam uma maior percentagem de abstenção do que aqueles que são membros. Já no que diz respeito à participação política não eleitoral, aqueles que são membros de alguma associação de surdos apresentam uma maior tendência a ter efetuado alguma das ações listadas nos últimos 12 meses, do que aqueles que não são, com exceção da categoria “assinou uma petição”.

Os membros de associações de surdos inquiridos parecem também apresentar um grau médio de confiança maior nas instituições democráticas do que os não membros, com exceção da categoria sobre confiança nas entidades policiais.

No que diz respeito ao sentimento de discriminação, a pertença a alguma das associações de surdos do país parece, também, contribuir para uma consciência mais clara de situações de discriminação, apresentando uma taxa percentual de cerca de metade da dos não membros, na categoria “esses mecanismos não existem”, quando questionados sobre os mecanismos legais e jurídicos para a combater ou corrigir. Embora, comparativamente apenas 83,3% dos membros afirmem já se ter sentido discriminados, face a 87,4% dos não membros. O que poderá, ou parece, significar que a informação sobre o quadro legal acerca da discriminação não é suficiente.

Outro dado potencialmente interessante prende-se com o facto de os indivíduos inquiridos terem nascido, ou não, já com incapacidade auditiva e a sua participação política – nomeadamente as formas adotadas. Se, por um lado, aqueles que nasceram surdos demonstram uma maior percentagem de voto (ou seja, de participação eleitoral) nas eleições de 2016 do que aqueles que nasceram ouvintes; por outro, demonstram também percentagens significativamente mais baixas em todas as formas de participação política não eleitoral, à excepção da categoria “ter participado numa manifestação nos últimos 12 meses”.

VII. CONCLUSÕES

Após a análise dos dados recolhidos e da sua leitura com base no quadro teórico previamente apresentado, é possível concluir, primeiramente, que existe ainda um longo caminho a percorrer até existir acessibilidade total à informação por parte da população S/surda portuguesa.

Se, por um lado, os media tradicionais demonstram algumas melhorias neste aspeto, também é verdade que continuam a apresentar bastantes e gritantes limitações. Situação em que, pelo que pode ser observado, as novas TIC trazem uma nova oportunidade de acesso e engajamento com a informação de forma mais direta e fácil. No entanto, não devem ser esquecidas as suas limitações e as especificidades da população S/surda, existindo, claramente, a necessidade de um maior número e de mais diversos e aprofundados estudos/análises sobre o tema e esta relação.

É susceptível de debate se a quantidade existente de conteúdos e programas acessíveis, quer em LGP, quer em legendagem específica para a população S/surda é, ou não, suficiente. Visto pelo prisma dos direitos humanos e segundo uma visão normativa do que deve ser a comunicação, a primeira resposta ou conclusão é ‘não’, visto não existirem ferramentas de acessibilidade em todos os conteúdos transmitidos: na realidade, esta taxa é extremamente reduzida em muitos casos.

Esta dissertação opta por deixar a questão em aberto, acrescentando-lhe ainda a pergunta sobre se não será necessário usar estas ferramentas de acessibilidade em simultâneo – atendendo às várias especificidades linguísticas dentro da própria cultura surda. Assim como a dúvida sobre se a sua existência, independentemente da qualidade atribuída pela população - alvo, resolve verdadeiramente este problema. De salientar, a título de exemplo, que apesar da existência de intérprete LGP em vários conteúdos verifica-se, muitas vezes, ininteligibilidade por parte dos telespectadores, devido ao reduzido tamanho, no ecrã, da caixa em que o intérprete surge.

No cruzamento entre a importância que os meios de comunicação social e as novas TIC assumem nesta relação, o primeiro aspeto a ser salientado nesta análise é que a maioria dos inquiridos responderam afirmativamente quando questionados se alguma vez sentiram dificuldade no acesso à informação ou a outros conteúdos mediáticos, por falta de legendagem ou intérprete. Sendo que, embora a utilização de aplicações para tablets ou smartphones seja relativamente baixa, a maioria dos inquiridos afirma aceder à internet diariamente, ter um perfil numa rede social online e já ter utilizado as redes sociais ou outras ferramentas da internet para receber, obter ou procurar informação. É ainda de notar que a menor utilização das novas tecnologias concerne à organização de ações cívicas individuais ou em grupo.

Assim, e embora seja clara a oportunidade essencial que as novas TIC parecem trazer para as questões de acessibilidade informacional, mantém-se fundamental a garantia de condições de acessibilidade nos meios de comunicação social, de modo a que ambas as plataformas se complementem. E também para que, em simultâneo, estimulem a participação cívica e política de toda a comunidade, incluindo a população S/surda.

Por fim, sobre a relação positiva entre o acesso à informação e a participação política, e apesar de não se poder extrapolar para o universo da população S/surda portuguesa, os dados obtidos no inquérito permitem verificar que a maioria dos inquiridos que diz ter participado nas eleições de 2016 dedicou, pelo menos uma hora diária a programas de informação ou sobre assuntos da actualidade. Ao mesmo tempo, todos os que não votaram nas mesmas eleições não dedicaram mais de uma hora e meia aos mesmos conteúdos.

Do ponto de vista político, a população surda inquirida nesta dissertação assume uma taxa de participação eleitoral superior à da população portuguesa nas mesmas eleições (48,7%), com um valor de 65,4% de participação, sendo esta forma de participação política a que parece reunir mais consenso junto dos inquiridos. Contrariamente, as várias formas de participação não eleitoral estudadas apresentaram valores mais baixos e bastante díspares entre as suas categorias.

Estes dados parecem indicar, junto dos inquiridos, uma tendência para adotar formas tidas como “mais tradicionais” no momento de participar politicamente, algo que também poderá ter na sua base explicativa o contexto de socialização primária e os problemas no fácil acesso à informação. Face a isto, entre os temas passíveis de renderem análises bastante interessantes encontram-se a diferença entre os perfis de participação política dos surdos de nascença e aqueles que apenas posteriormente adquiriram a incapacidade, assim como a relação das mulheres surdas com a temática política, e, ainda, a relação entre a pertença (ou não) a uma associação de surdos e o perfil de participação do inquirido.

No primeiro caso, nota-se que, por um lado, os inquiridos que se afirmaram surdos de nascença apresentam uma maior percentagem de voto, enquanto os que apenas posteriormente adquiriram a incapacidade tendem a apresentar maiores taxas de atividade em formas de participação não eleitoral.

Já no caso da relação das mulheres surdas com a política, há que salientar que não foram encontradas evidências claras de que o sexo influencie na participação eleitoral. Mas as inquiridas do sexo feminino demonstram um menor interesse em assuntos políticos, uma maior tendência a “nunca” discutirem o tema e mais frequentemente este lhes parece demasiado complicado, ao “ponto de não perceber o que realmente se está a passar”. Há que ter ainda em conta que as mulheres inquiridas também se revelam mais cépticas face ao interesse da classe política na sua opinião pessoal, o que pode provir tanto da falta de confiança nos agentes políticos, como da desvalorização da importância do seu próprio papel enquanto agente político na esfera pública, uma característica das sociedades patriarcais.

A pertença a uma associação de surdos parece revelar uma dinâmica particular com a participação política dos inquiridos, na medida em que aqueles que se afirmam membros demonstram mais confiança nas instituições, maior percentagem de participação eleitoral e,

aparentemente, maior tendência a também participar não eleitoralmente. Simultaneamente, face aos não-membros, os membros de associações de surdos parecem apresentar uma maior consciência das situações de discriminação e um maior conhecimento sobre os mecanismos legais e jurídicos para as combater.

Por último, e tendo em conta o processo de realização desta dissertação, há ainda outras conclusões pertinentes que dela podem ser retiradas. Nomeadamente, ao nível das metodologias utilizadas quando em contacto com populações que têm características comunicacionais específicas.

A mais gritante prende-se, precisamente, com o facto de os dados obtidos no inquérito online realizado não serem extrapoláveis para o universo da população S/surda portuguesa, devido ao baixo número de respostas. Note-se, no entanto, que o inquérito obteve um elevado número de acessos, o que reduz a probabilidade de a explicação para estes resultados se basear maioritariamente na teoria do Digital Divide: onde se aponta para as questões da literacia.

Nesta medida, é necessário equacionar também outras hipóteses e assumir a possibilidade de desafios ou barreiras como a especificidade da LGP oficial, utilizada nos questionários online e nas entrevistas, poder não ser totalmente compreensível – em todas as suas expressões – por toda a população S/surda. Assim como esta não ser dominada pela entrevistadora (o que obrigou a recorrer a um intérprete e poderá ter originado perda ou omissão de informação ou subtis dimensões de significado nesta fase). Ou o facto de este inquérito por questionário ser, em teoria, demasiado extenso - uma opção tomada no momento de decisão da metodologia em virtude dos poucos dados recentes e concretos sobre a população em estudo. Tal como, ainda, questões sociais complexas como sentimentos de exclusão face à sociedade ouvinte; a noção de cultura Surda; consumo mediático inexistente precisamente por falta de acessibilidade a estes; e a própria falta de interesse ou literacia política.

Em suma, esta dissertação, além das conclusões que possa trazer sobre os temas que se propôs tratar, levanta ainda outras conclusões e questões, talvez mais pertinentes, sobre o distanciamento entre a realidade da Academia e a realidade da população estudada, o que poderá, por vezes, enviesar ou permitir a falta de compreensão de resultados específicos. Algo apenas solucionável com mais trabalhos realizados sobre o tema, com maior integração da própria comunidade surda – inclusive investigadores e entrevistadores surdos – e, também, a adopção constante de metodologias adaptadas à população em estudo.

BIBLIOGRAFIA

- , *Porquê estudar os media? O 11 de Setembro e a ética da distância*. 2004. Em Oliveira, José Manuel Paquete de, Gustavo Leitão Cardoso e José Jorge Barreiros (org.), *Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação*, Quimera Editores, pp. 247-260.
- The right to political participation for persons with disabilities: human rights indicators*. 2014. European Union Agency for Fundamental Rights
- In: MORAES, Denis de (org). 2005. *A internet e a sociedade em rede*. Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Record. 255- 287.
- B. Murray, Jillian & Klinger, Lisa & Chovaz, Cathy. 2007 . *The Deaf: An Exploration of Their Participation in Community Life*. *OTJR: Occupation, Participation and Health*. 27. 113-120
- BABO, Isabel. 2013. *As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011: A semântica dos acontecimentos nos media e o papel das redes digitais*. *Análise Social*, (209), 792-809
- Bardin, L.2011. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70 Brasil (1a Edição)
- BAUDRILLARD, Jean. 2001. *A ilusão vital*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro
- Berger, Peter L, and Thomas Luckmann. 1967. *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Garden City, N.Y: Doubleday.
- Cancela, João Camacho Giestas. 2012. *Associativismo e participação política: o caso português (2006-2009)*. FCSH: DEP - Dissertações de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
- CARDIM, Engrácia & PINTO, Paula Campos. 2013. *ANED 2013 Task 3&4 – Country Report on Citizenship and Political Participation*. Academic Network of European Disability experts
- CASTELLS, M. 2003. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- (Sem autor). 2002. *Censos 2001 Resultados Definitivos – Portugal*. Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- (Sem autor). 2012. *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*. Instituto Nacional de Estatística, I.P.

- (Sem autor). 2010. *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras*. Comissão Europeia
- Conge, Patrick, J. 1988. *The Concept of Political Participation: Toward a Definition*. Comparative Politics. Vol 20, 241-249.
- (Sem autor). 2003. *Declaração Europeia sobre Media e Deficiência*. Congresso Europeu sobre Media e Deficiência
- (Sem autor). 2006. *O Plano de Acção Sobre Deficiência/Incapacidade do Conselho da Europa para 2006-2015*. Conselho da Europa.
- COSTA-MOURA, Fernanda. 2014. *Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos*. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(spe), 141-158
- Dahl, R. 1996. *Equality versus Inequality*. PS: Political Science & Politics, 29(4), 639-648
- Dahlgren, Peter. 2005. *The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation*. Political Communication. 22. 147-162
- DAVIS, Lennard J. 2006. *The Disability Studies Reader*. Ed. Taylor & Francis
- EISENBERG, José. 2003. *Internet, democracia e República*. Dados, 46(3), 491-511
- ESPÍRITO SANTO, Paula do. 2006. *Sociologia Política e Eleitoral*, 57-131.
- GARCÊS & MAIA. 2009. *Lutas por Reconhecimentos dos Surdos na Internet: Efeitos Políticos do Testemunho*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, 85-101.
- Grusec, J. E., & Hastings, P. D. (Eds.). 2015. *Handbook of socialization: Theory and research* (2nd ed.). New York, NY, US: Guilford Press.
- Hammel, Joy & Magasi, Susan & Heinemann, Allen & Whiteneck, Gale & Bogner, Jennifer & Rodriguez, Evelyn. 2008. *What does participation mean? An insider perspective from people with disabilities*. Disability and rehabilitation. 30. 1445-60
- Harris, Jennifer & Bamford, Claire. 2001. *The Uphill Struggle: Services for Deaf and hard of hearing people - Issues of equality, participation and access*. Disability & Society - DISABIL SOC. 16. 969-979
- J. Dalton, Russell. 2008. *Citizenship Norms and the Expansion Of Political Participation*. Political Studies. 56. 76-98

- Jane E. Dutton, Janet M. Dukerich and Celia V. Harquail. 1994. *Administrative Science Quarterly*, Vol. 39, No. 2 pp. 239-263
- Kmail, Mustofa. 2007. *Looking again at non-formal and informal educations towards a new paradigm*. Center for Research in International Cooperation In Educational Development University of Tsukuba
- Lott, A. J., & Lott, B. E. 1965. *Group cohesiveness as interpersonal attraction: A review of relationships with antecedent and consequent variables*. *Psychological Bulletin*, 64(4), 259-309.
- Martins, B. S. 2002. *Políticas sociais na deficiência: Exclusões perpetuadas* (No. 228). *Oficina do CES*. Retrieved from <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/228.pdf>
- MENDES, Mariana. 2010. *A pluralização das fontes de informação no ciberjornalismo Português: contribuição para a definição de parâmetros específicos de qualidade*. Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto, Porto.
- Neuman, W.L. 2007. *Basics of Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches*. 2nd Edition, Allyn and Bacon, Boston.
- NIDMANDT, C.J.P.. 2013. *A network society, social media, migration and mission*. *Missionalia*, 41(1), 22-39
- (Sem autor). 2015. *Relatório Paralelo sobre a monitorização dos Direitos Humanos em Portugal*. Observatório da Deficiência e Direitos Humanos
- Oliver, Mike 1984. *The politics of disability*. *Critical Social Policy* 4:21, p. 21-32.
- (Sem autor). 1948. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. ONU.
- (Sem autor). 2006 . *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez. ONU
- Park, B., & Rothbart, M. 1982. *Perception of out-group homogeneity and levels of social categorization: Memory for the subordinate attributes of in-group and out-group members*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42(6), 1051-1068.
- Parsons, T. 1970. *Equality and Inequality in Modern Society, or Social Stratification Revisited*. *Sociological Inquiry*, 40(2), 13–72.
- Pedroso, Casanova. 2007. *Mais Qualidade de Vida para as Pessoas com Deficiência e Incapacidades*, Gaia, ERPG

- Pimenta, A., & Salvado, A. 2010. *Deficiência e desigualdades sociais. Sociedade E Trabalho*, (41), 155- 166.
Retrieved from http://www.gep.msess.gov.pt/edicoes/revistasociedade/41_11.pdf
- PRIMO, Alex . 2007. *O aspecto relacional das interações na Web 2.0*, E- Compós (Brasília), v. 9, p. 1-21.
- Reinemann, C., Stanyer, J., Scherr, S., & Legnante, G. 2011. *Hard and soft news : A review of concepts , operationalizations and key findings*.
- Rogers, M. Everett. 2001. *The Digital Divide. Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies* 7:4, p.96-111.
- Rose, Petra & Kiger, Gary. 1995. *Intergroup Relations: Political action and identity in the deaf community*. *Disability & Society - DISABIL SOC.* 10. 521-528
- Rousseau, J. J. 2018. *Rousseau: The Social Contract and other later political writings*. Cambridge University Press.
- RUFINO, Carina Ferreira Gomes 2009 *A sociedade em rede e a segunda geração da internet: reflexões para o campo da comunicação organizacional*, GT ABRAPCORP 3, São Paulo
- Salvado, A. 2012. *A deficiência na sociologia portuguesa: investigação e contextos institucionais* (CIES e-WorkingPaper No. 126/2012). Retrieved from <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3656>
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2002. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências* , *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 63 | colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 15 Julho 2015. URL : <http://rccs.revues.org/1285> ; DOI : 10.4000/rccs.1285
- SANTOS, Hélia. 2006. *A Responsabilidade Social e Educativa dos Mass Media*. O Cabo dos Trabalhos, *Revista Eletrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*. No1.
- Scheufele, Dietram & Nisbet, Matthew & Brossard, Dominique & C. NISBET, ERIK. 2004. *Social Structure and Citizenship: Examining the Impacts of Social Setting, Network Heterogeneity, and Informational Variables on Political Participation*. *Political Communication*. 21. 315-338.
- Schur, Lisa & Adya, Meera. 2013. *Sidelined or Mainstreamed? Political Participation and Attitudes of People with Disabilities in the United States*. *Social . Science Quarterly*. 94.
- SILVERSTONE, Roger. 1999. *Why Study The Media?*, London, Sage. [Tradução de Milton Camargo Mota. *Porquê estudar a mídia?* Edições Loyola, São Paulo, 2002]

- Skelton, Tracey & Valentine, Gill 2003. *'It feels like being Deaf is normal': an exploration into the complexities of defining D/deafness and young D/deaf people's identities*. The Canadian Geographer/Le Géographe Canadien, 47:4, 451-466
- Skelton, Tracey & Valentine, Gill. 2003. *Political Participation, political action and political identities: young D/deaf's people's perspectives*. Space and Polity, 7:2, 117-134.
- SOUSA, J. P . 2000. *As notícias e os seus efeitos: As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*.
- Tajfel, Henri. 2010. *Social Identity and Intergroup Relations*. Volume 7 de European Studies in Social Psychology, ISSN 0758-7554. Cambridge University Press
- THOMPSON, J.B. 1998. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Vozes, Rio de Janeiro.
- (Sem autor). 2000. *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000/C 364/01) – JO C 364, de 18-12-2000*. União Europeia.
- van Deth, J. W. 2001. *Studying political participation: towards a theory of everything?* Joint Sessions of Workshops of the European Consortium for Political Research, Grenoble.
- VARELA, Alexandre Manuel Rosa. 2009. *Jovens e política: o papel da socialização na participação política* [Em linha]. Lisboa: ISCTE. Tese de mestrado. [Consult. 29-06.2018] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/1804>](http://hdl.handle.net/10071/1804).
- Verba, Sidney, Schlozman, Kay Lehman, and Brady, Henry E.. 1995. *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge: Harvard University Press.
- Viegas, José Manuel Leite; Belchior, Ana Maria; Seiceira, Filipa. 2010. *Mudanças e Continuidades no Modelo de Participação Política em Portugal. Análise comparada europeia*. Perspectivas - Portuguese Journal of Political Science and International Relations. Número 5: Cidadãos, Parlamentos e Representação Política, pp. 17-42.
- Weber, Max .1968. *Economy and Society*. Tr. and ed. by Guenther Roth and Claus Wittich. New York: Bedminster Press.

ANEXOS

ANEXO A: OUTROS DADOS RELEVANTES DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO REALIZADO ONLINE

Por uma razão ou por outra, actualmente muitas pessoas não votam. O(a) sr(a) votou nas últimas eleições Presidenciais de 2016?	Percentagem de resposta	Percentagens cumulativas
Sim	65,4	65,4
Não	23,1	88,5
Não era eleitor/ Não estava recenseado	3,8	92,3
Não sabe	7,7	100,0
Total	100,0	

Tabela 10 Taxa de Participação Eleitoral

		Percentagem de resposta por parte dos inquiridos
[Contactou um político, um representante do governo central ou um representante do poder local]	Sim	23,1%
	Não	69,2%
	Não sabe	7,7%
[Trabalhou para um partido político ou movimento cívico]	Sim	11,5%
	Não	84,6%
	Não sabe	3,8%
[Trabalhou ou participou numa organização ou associação de outro tipo]	Sim	42,3%
	Não	57,7%
	Não sabe	0,0%
[Usou um emblema auto-colante de campanha/movimento]	Sim	19,2%
	Não	73,1%
	Não sabe	7,7%
[Assinou uma petição]	Sim	80,8%
	Não	19,2%
	Não sabe	0,0%
[Participou numa manifestação]	Sim	34,6%
	Não	61,5%
	Não sabe	3,8%
[Boicotou determinados produtos]	Sim	30,8%
	Não	61,5%
	Não sabe	7,7%
[Comprou de propósito determinados produtos por razões de ordem política, ética ou ambiental.]	Sim	38,5%
	Não	53,8%
	Não sabe	7,7%
[Deu dinheiro a um grupo ou organização política]	Sim	11,5%
	Não	88,5%
	Não sabe	0,0%
[Participou em acções de protesto ilegais (corte de estrada, boicote eleitoral)]	Sim	7,7%
	Não	92,3%
	Não sabe	0,0%

Tabela 11 Participação Não Eleitoral Por Categoria

Reliability Statistics		
Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,634	,666	10

Tabela 12 Análise da Consistência Interna da Variável Compósita "Participação Não-Eleitoral"

Item-Total Statistics					
	Média se o item fosse apagado	Variância da escala se o item fosse apagado	Correlação Item-total corrigida	Correlação de quadrado múltiplo	Cronbach's Alpha se o item fosse apagado

[Contactou um político, um representante do governo central ou um representante do poder local]	15,54	4,098	,478	,558	,564
[Trabalhou para um partido político ou movimento cívico]	15,46	4,338	,584	,851	,559
[Trabalhou ou participou numa organização ou associação de outro tipo]	15,81	4,562	,293	,512	,611
[Usou um emblema auto-colante de campanha/movimento]	15,50	4,180	,474	,745	,567
[Assinou uma petição]	16,19	5,122	,090	,251	,647
[Participou numa manifestação]	15,69	5,262	-,046	,485	,689
[Boicotou determinados produtos]	15,62	4,566	,213	,669	,634
[Comprou de propósito determinados produtos por razões de ordem política, ética ou ambiental.]	15,69	4,062	,403	,362	,583
[Deu dinheiro a um grupo ou organização política]	15,50	4,660	,483	,564	,586
[Participou em acções de protesto ilegais (corte de estrada, boicote eleitoral)]	15,46	5,058	,257	,741	,621

Tabela 13 Análise da Variância interna de médias da variável composta "Participação Não Eleitoral"

Sexo:					
		Frequência	Percentagem de respostas	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
	Feminino	6	23,1	23,1	23,1
	Masculino	20	76,9	76,9	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

Tabela 15 Percentagem de inquiridos, por sexo

		Alguma vez se sentiu discriminado face a outros cidadãos ouvintes?					
		Sim		Não		Não sabe	
		Percentagem de respostas	Média de idades	Percentagem de respostas	Média de idades	Percentagem de respostas	Média de idades
Nasceu surdo?	Sim	40,9%		50,0%		0,0%	
	Não	54,5%		50,0%		0,0%	
	Não Sabe	4,5%		0,0%		0,0%	
Em que idade surgiu a incapacidade auditiva?			8		1		.
Para além da incapacidade auditiva, é portador de mais algum tipo de incapacidade ou deficiência?	Sim	22,7%		25,0%		0,0%	
	Não	77,3%		75,0%		0,0%	
Segundo os seus registos médicos e documentos oficiais, qual o grau de incapacidade, ou deficiência, que lhe está atribuído?	Nenhum	9,1%		0,0%		0,0%	
	Inferior a 60%	4,5%		25,0%		0,0%	
	Entre 60 a 80%	68,2%		75,0%		0,0%	
	Mais de 80%	4,5%		0,0%		0,0%	
	Não sabe	13,6%		0,0%		0,0%	

Tabela 14 Sentimento de discriminação e a relação com ser nado-surdo e grau de incapacidade

Selecione, por favor, o distrito onde reside:			
	Distrito	Percentagem de respostas por distrito	Percentagens cumulativas
	Aveiro	11,5	11,5
	Açores	7,7	19,2
	Braga	3,8	23,1
	Faro	3,8	26,9
	Lisboa	26,9	53,8
	Madeira	11,5	65,4
	Porto	26,9	92,3
	Viana do Castelo	3,8	96,2
	Vila Real	3,8	100,0
	Total	100,0	

Tabela 17 Distribuição dos inquiridos, a nível geográfico

Qual foi o nível de instrução mais elevado que atingiu?		
	Percentagem por nível de escolaridade	Percentagens cumulativas
9 Anos completos (antigo 5º ano, actual 3º ciclo do básico)	7,7	7,7
12 anos completos (secundário completo)	30,8	38,5
Politécnico Completo (Curso médio completo)	7,7	46,2
Universitário Completo (licenciatura)	30,8	76,9
Pós-graduação	7,7	84,6
Mestrado	11,5	96,2
Doutoramento ou superior	3,8	100,0
Total	100,0	

Tabela 16 Nível de instrução mais elevado atingido pelos inquiridos, em percentagem

		Como classificaria: [... a qualidade das legendas atualmente disponibilizadas pelos meios de comunicação social?]	Como classificaria: [... a qualidade e/ou visibilidade dos intérpretes presentes, atualmente, nos vários conteúdos mediáticos ?]
		Classificação média atribuída	Classificação média atribuída
Por uma razão ou por outra, actualmente muitas pessoas 2 votam. O(a) sr(a) votou nas últimas eleições Presidenciais de 2016?	Sim	5	4
	Não	4	4
	Não era eleitor/ Não estava recenseado	7	7
	Não sabe	7	8
[Contactou um político, um representante do governo central ou um representante do poder local]	Sim	6	4
	Não	5	5
	Não sabe	5	4
[Trabalhou para um partido político ou movimento cívico]	Sim	6	7
	Não	5	4
	Não sabe	9	7
[Trabalhou ou participou numa organização ou associação de outro tipo]	Sim	6	5
	Não	5	4
	Não sabe	.	.
[Usou um emblema auto-colante de campanha/movimento]	Sim	6	7
	Não	5	4
	Não sabe	8	6
[Assinou uma petição]	Sim	5	4
	Não	4	5
	Não sabe	.	.
[Participou numa manifestação]	Sim	6	5
	Não	5	4
	Não sabe	5	6
[Boicotou determinados produtos]	Sim	6	4

	Não	5	5
	Não sabe	7	7
[Comprou de propósito determinados produtos por razões de ordem política, ética ou ambiental.]	Sim	5	4
	Não	5	5
	Não sabe	5	4
[Deu dinheiro a um grupo ou organização política]	Sim	5	5
	Não	5	5
	Não sabe	.	.
[Participou em acções de protesto ilegais (corte de estrada, boicote eleitoral)]	Sim	8	8
	Não	5	4
	Não sabe	.	.

Tabela 18 Relação entre a qualidade das legendas e a participação eleitoral dos inquiridos

		Quão fluente se considera nas seguintes línguas? [Língua Portuguesa]		Quão fluente se considera nas seguintes línguas? [Língua Gestual Portuguesa (LGP)]		Quão fluente se considera nas seguintes línguas? [Inglês]		Quão fluente se considera nas seguintes línguas? [Outra]	
		Média de auto-classificação	Percentagem de respostas face ao tempo de realização da ação	Média de auto-classificação	Percentagem de respostas face ao tempo de realização da ação	Média de auto-classificação	Percentagem de respostas face ao tempo de realização da ação	Média de auto-classificação	Percentagem de respostas face ao tempo de realização da ação
Num dia de semana normal, quanto tempo passa, ao todo, a ver ou ler : [Televisão]	Nenhum	8	3,8%	10	3,8%	6	3,8%	5	3,8%
	Menos de uma hora	8	19,2%	6	19,2%	6	19,2%	4	19,2%
	Entre uma hora a duas horas	7	50,0%	8	50,0%	4	50,0%	2	50,0%
	Entre duas horas e três horas	7	15,4%	9	15,4%	4	15,4%	3	15,4%
	Mais de três horas	8	11,5%	9	11,5%	5	11,5%	4	11,5%
	Não sabe	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%
Num dia de semana normal, quanto tempo passa, ao todo, a ver ou ler : [Rádio ou Podcast]	Nenhum	7	76,9%	9	76,9%	5	76,9%	3	76,9%
	Menos de uma hora	7	11,5%	6	11,5%	4	11,5%	2	11,5%
	Entre uma hora a duas horas	6	7,7%	10	7,7%	4	7,7%	3	7,7%
	Entre duas horas e três horas	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%
	Mais de três horas	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%
	Não sabe	10	3,8%	6	3,8%	3	3,8%	6	3,8%
Num dia de semana normal, quanto tempo passa, ao todo, a ver	Nenhum	9	3,8%	9	3,8%	7	3,8%	5	3,8%
	Menos de uma hora	7	42,3%	8	42,3%	4	42,3%	2	42,3%
	Entre uma hora a	8	42,3%	8	42,3%	4	42,3%	3	42,3%

ou ler : [Jornais (Em papel ou online)]	duas horas	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%
	Entre duas horas e três horas	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%
	Mais de três horas	8	11,5%	9	11,5%	5	11,5%	4	11,5%
	Não sabe	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%
Ainda num dia de semana normal, quanto desse tempo é dedicado a notícias ou programas acerca de política e assuntos de actualidade?	Nenhum	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%
	Menos de meia hora	7	42,3%	9	42,3%	4	42,3%	2	42,3%
	Entre meia hora a uma hora	7	34,6%	7	34,6%	5	34,6%	5	34,6%
	Entre uma hora e uma hora e meia	8	11,5%	10	11,5%	5	11,5%	2	11,5%
	Entre uma hora e meia e duas horas	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%
	Entre duas horas e duas horas e meia	10	3,8%	6	3,8%	3	3,8%	6	3,8%
	Entre duas horas e meia e três horas	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%
	Mais de três horas	9	7,7%	9	7,7%	5	7,7%	4	7,7%
	Não sabe	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%	.	0,0%

Tabela 19 Nível de fluência linguística e consumo de informação mediatizada pelos meios de comunicação social

		Nasceu surdo?		
		Sim	Não	Não Sabe
		Percentagem de respostas	Percentagem de respostas	Percentagem de respostas
Por uma razão ou por outra, actualmente muitas pessoas não votam. O(a) sr(a) votou nas últimas eleições Presidenciais de 2016?	Sim	72,7%	57,1%	100,0%
	Não	18,2%	28,6%	0,0%
	Não era eleitor/ Não estava recenseado	0,0%	7,1%	0,0%
	Não sabe	9,1%	7,1%	0,0%
[Contactou um político, um representante do governo central ou um representante do poder local]	Sim	9,1%	28,6%	100,0%
	Não	90,9%	57,1%	0,0%
	Não sabe	0,0%	14,3%	0,0%
[Trabalhou para um partido político ou movimento cívico]	Sim	9,1%	14,3%	0,0%
	Não	90,9%	78,6%	100,0%
	Não sabe	0,0%	7,1%	0,0%

[Trabalhou ou participou numa organização ou associação de outro tipo]	Sim	36,4%	50,0%	0,0%
	Não	63,6%	50,0%	100,0%
	Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%
[Usou um emblema auto-colante de campanha/movimento]	Sim	9,1%	28,6%	0,0%
	Não	81,8%	64,3%	100,0%
	Não sabe	9,1%	7,1%	0,0%
[Assinou uma petição]	Sim	72,7%	85,7%	100,0%
	Não	27,3%	14,3%	0,0%
	Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%
[Participou numa manifestação]	Sim	45,5%	28,6%	0,0%
	Não	54,5%	64,3%	100,0%
	Não sabe	0,0%	7,1%	0,0%
[Boicotou determinados produtos]	Sim	27,3%	28,6%	100,0%
	Não	72,7%	57,1%	0,0%
	Não sabe	0,0%	14,3%	0,0%
[Comprou de propósito determinados produtos por razões de ordem política, ética ou ambiental.]	Sim	27,3%	42,9%	100,0%
	Não	54,5%	57,1%	0,0%
	Não sabe	18,2%	0,0%	0,0%
[Deu dinheiro a um grupo ou organização política]	Sim	9,1%	14,3%	0,0%
	Não	90,9%	85,7%	100,0%
	Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%
[Participou em acções de protesto ilegais (corte de estrada, boicote eleitoral)]	Sim	9,1%	7,1%	0,0%
	Não	90,9%	92,9%	100,0%
	Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%

Tabela 20 Relação entre Participação Eleitoral e Não Eleitoral e a Surdez (ou não) de nascença

ANEXO B: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO ONLINE

Para visualizar o inquérito por questionário online completo:

<https://www.surveio.com/survey/d/aippsinquerito?preview=1> (A forma de preview – possibilidade de realizar o inquérito sem prejudicar a recolha de dados estará disponível a partir de 7 dias úteis antes da defesa pública desta dissertação).

A versão escrita do inquérito pode ser consultada em:

<https://drive.google.com/open?id=1RjfUkqD2f2VSus1gLEIde6fKk0xItEWs>

ANEXO C: CENSOS COMUNITÁRIOS DE 2011- DADOS RELEVANTES

Taxa de prevalência na população total	2011		
	Total	H	M
População com 5 ou mais anos	17,79	14,67	20,62
População com 65 ou mais anos	49,51	41,71	55,14

Tabela 21 Taxa de prevalência de incapacidade na população com 5 ou mais anos de idade (%)Fonte: INE (2012)

	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	Não consegue efetuar a ação	Total
Ver	892 860	27 659	902 519

Ouvir	506 342	26 860	533 202
Andar ou subir degraus	875 129	104 871	980 000
Memória ou concentração	552 937	102 440	655 377
Tomar banho ou vestir-se sozinho	323 451	148 106	471 557

Tabela 22 População residente com 5 ou mais anos, segundo o tipo de dificuldade e sexo, por grau de dificuldade sentido (em milhares) Fonte: INE (2012)

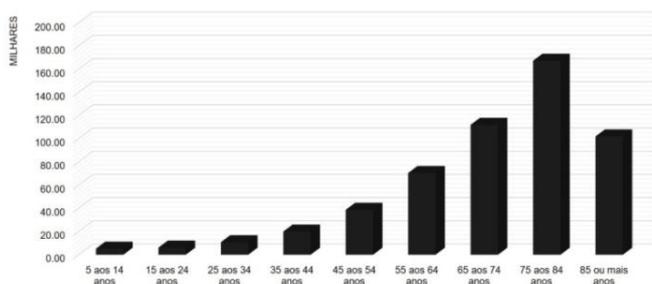


Ilustração 8 Distribuição da população com dificuldades em ouvir por faixa etária Fonte (INE, 2012)

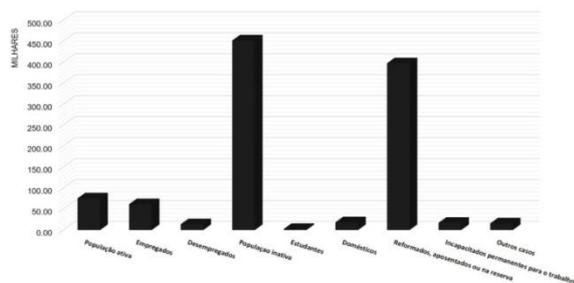


Ilustração 9 Distribuição da população dificuldade em ouvir com 15 ou mais anos, por condição perante a atividade económica Fonte (INE, 2012)

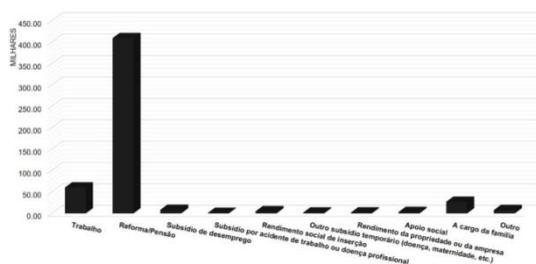


Ilustração 10 Distribuição da população dificuldade

ANEXO D: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS

• Entrevista nº1 – Transcrição

Caraterização Socio-Demográfica:

1. **Sexo:**
Feminino
2. **Em que ano nasceu?**
1990
3. **Em que país nasceu?**
Portugal
4. **Qual a sua naturalidade?**
Lisboa
5. **Há quanto tempo reside na atual área de residência?**
Desde que nasci

6. Qual o nível de escolaridade mais alto que completou?

12º ano de escolaridade

7. Qual o nível de escolaridade mais alto que os seus pais completaram?

Os dois têm a 4ª classe

8. Encontra-se a trabalhar neste momento?

Sim e não (reformado da banca trabalho por conta própria)

a. Em part-time ou full time?

Full-time

b. É trabalhador por conta própria ou por conta de outrem?

Conta de outrem

c. Em que área?

Aqui, na APS

Experiência Social da deficiência:

1. É surdo desde que nasceu ou sofreu de perda auditiva posterior?

Desde que nasci

2. É fluente em LGP?

Sim

3. Como definiria a influência que a incapacidade auditiva teve, se é que teve, na sua vida até agora?

Normal...

4. Alguma vez se sentiu discriminado ou ‘em desvantagem’ face a outros cidadãos?

Sim, já.

a. Em que tipo de situações concretamente?

Essas barreiras surgem sobretudo no contacto com a comunidade ouvinte

Hábitos de consumo de informação mediatizada por meios de comunicação social:

1. Tem por hábito ver televisão ou ler jornais?

Costumo ver televisão. Jornal leio o Correio da manhã às vezes.

a. Se sim, qual o formato ou plataforma que costuma preferir? (online ou tradicional) (Não respondida)

b. Com que frequência?

Na hora do jantar vejo o telejornal... Vejo a telenovela – desde que tenha legendas.

2. Que tipo de canais/conteúdos/títulos costuma preferir ver ou ler?

Gosto da telenovela da TVI e do telejornal da RTP porque tem intérprete.

3. Tem por hábito ler notícias ou assistir a programas de informação?

Às vezes sim, desde que seja importante, sim.

a. Se sim, procura informar-se sobre algum tema em específico?

Um pouco de tudo, menos futebol – não gosto.

b. Tem por hábito assistir ou ler notícias sobre a política nacional ou internacional? Tem interesse em ver (procura ver), ou vê “por ver”?

Não, há muita coisa que não percebo na política.

Participação e Socialização política

1. Votou nas últimas eleições?

Sim, mas votei nulo.

a. Porquê?

Para mim é obrigatório votar, não é? Não é obrigatório? Eles têm que fazer a contagem dos votos, acho.

2. Costuma discutir política (com amigos, com a família, em fóruns, redes sociais, etc)?

Sim, partilhamos. Há coisas que por exemplo eu não sei e explicam-me e vice-versa. Vamos partilhando informação.

3. Como classificaria o seu interesse pelo tema?

Nada.

a. Dentro da política quais são as áreas que mais atenção lhe chamam?

Os partidos, por exemplo, não me interessam.

4. Quanto confiante se diria nas instituições políticas? (como o governo, o poder local, etc)

Não sei.

a. Sente-se representada nessas instituições?

Acho que sim.

5. Alguma vez participou numa manifestação ou uma greve? Quando foi a última vez que o fez?

Sim, há muito tempo. Por causa da legendagem.

6. E alguma vez assinou um abaixo-assinado ou petição? Quando foi a última vez que o fez?

Já, por causa da legendagem.

a. Fê-lo presencialmente ou online?

Online

7. Alguma vez deixou de frequentar, de participar ou de comprar algo por uma questão de protesto face à entidade produtora?

Não.

8. Nos últimos doze meses participou em algum movimento cívico ou em algum partido?

Não.

9. É membro ativo aqui da APS?

Sim. E já fiz parte da Associação de Surdos de Sintra, também.

• **Entrevista nº2 - Transcrição**

Caraterização Socio-Demográfica:

1. Sexo:

MASCULINO

2. Em que ano nasceu?

1964

3. Em que país nasceu?

PORTUGAL

4. Qual a sua naturalidade?

BONFIM-PORTO

5. Há quanto tempo reside na atual área de residência?

43 ANOS

a. Qual é?

PARANHOS-PORTO

6. Qual o nível de escolaridade mais alto que completou?

6.º ANO

7. Qual o nível de escolaridade mais alto que os seus pais completaram?

PAI-ANTIGA 4.ª CLASSE – MÃE ANALFABETA

8. Encontra-se a trabalhar neste momento?

SIM

a. Em part-time ou full time?

FULL-TIME

b. É trabalhador por conta própria ou por conta de outrem?

CONTA DE OUTRÉM

c. Em que área?

SERRALHARIA MECÂNICA E CIVIL

Experiência Social da deficiência:

1. É surdo desde que nasceu ou sofreu de perda auditiva posterior?

POSTERIOR

- a. **(Se posterior) Em que idade?**
8 ANOS – EFEITOS SECUNDÁRIOS DE UMA INTERVENÇÃO CIRÚRGICA AO NARIZ
2. **É fluente em LGP?**
SIM
3. **Como definiria a influência que a incapacidade auditiva teve, se é que teve, na sua vida até agora?**
SIM SE CONSIDERARMOS O PROBLEMA DA COMUNICAÇÃO
4. **Alguma vez se sentiu discriminado ou ‘em desvantagem’ face a outros cidadãos?**
NA MINHA INFÂNCIA/JUVENTUDE SIM. NO ENTANTO ATUALMENTE JÁ NÃO CONSTAO TANTO TAIS SITUAÇÕES... A SOCIEDADE TEM MUDADO
- a. **Em que tipo de situações concretamente?**
ESSENCIALMENTE A SOCIEDADE/LEQUES DA SOCIEDADE CONSIDERAREM AS PESSOAS SURDAS INFERIORES
- b. **Como se desenvolveram/resolveram essas situações?**
- c. **DEMONSTRANDO QUE PODEREI CONSEGUIR O MESMO SEM OUVIR**

Hábitos de consumo de informação mediaticizada por meios de comunicação social:

1. **Tem por hábito ver televisão ou ler jornais?**
SIM
- a. **Se sim, qual o formato ou plataforma que costuma preferir? (online ou tradicional)**
SÓ TRADICIONAL
- b. **Com que frequência?**
- c. **TODOS OS DIAS**
2. **Que tipo de canais/conteúdos/títulos costuma preferir ver ou ler?**
NA TV OS PROGRAMAS DE INFORMAÇÃO/DESPORTO/LAZER. TAMBÉM OS JORNAIS DIÁRIOS NA TOTALIDADE DOS CONTEÚDOS
- a. **Porquê?**
SABER O QUE SE PASSA NO DIA-A-DIA EM PORTUGAL E NO MUNDO, DESEJO DE ESTAR/INFORMADO DESENVOLVER CONHECIMENTO
- b. **Alguma vez sentiu alguma dificuldade em perceber o que está a passar ou a ler?**
POR VEZES...
- i. **Concretamente, quais foram/são essas dificuldades?**
DIFICULDADE AO ACESSO INFORMATIVO NAS TV’S QUE SUPERO COM AJUDA DO TELETTEXTO QUANDO ESTÁZ DISPONÍVEL. NA INFORMAÇÃO ESCRITA ALGUMAS/LIGEIRAS DIFICULDADES NO ACESSO A DETERMINADAS PALAVRAS MAS QUE NO CONTEXTO GERAL ME PERMITE ESTAR INFORMADO
- c. **Quais seriam as soluções que sugeriria para as resolver?**
TV’S: MAIS E MELHORES INTÉRPRETES JANELINHA MAIOR
IMPRESA: TENHO DE DESENVOLVER CONHECIMENTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA
3. **Diria que a existência, ou não, de ferramentas como a legendagem ou tradução em Língua Gestual Portuguesa têm um peso preponderante na sua decisão de assistir ou visualizar um conteúdo?**
CLARO
- a. **Nos casos em que estas ferramentas existem, qual o grau de qualidade que lhes atribui?**
DE ALTA IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE SURDA
4. **Tem por hábito ler notícias ou assistir a programas de informação?**
SIM
- a. **Onde tempor hábito encontrá-las? (redes sociais, meios online, meios televisivos, imprensa....)**
JORNAIS... TV’S.
- b. **Se sim, procura informar-se sobre algum tema em específico?**

EM GERAL

- c. **Tem por hábito assistir ou ler notícias sobre a política nacional ou internacional?**
SIM
- i. **Tem interesse em ver (procura ver), ou vê “por ver”?**
PROCURO POR INTERESSE
- 5. **Quão informado se sente sobre o panorama político?**
DE 1 A 10 FICO-ME PELO 6
- a. **Quais acha que são as principais razões para isso?**
DIFICIL PAR AUMA PESSOA SURDA PARTICIPAR AO VIVO EM ATOS POLÍTICOS

Participação e Socialização política

- 1. **Votou nas últimas eleições?**
SIM
- 2. **Costuma discutir política (com amigos, com a família, em fóruns, redes sociais,etc)?**
NÃO MUITO... GERALMENTE FICO-ME POR MIM...
- 3. **Tem por hábito fazê-lo presencialmente, dentro do seu círculo mais próximo, por exemplo, ou utiliza (também) outras plataformas? (redes sociais, blogs, etc)**
QUANDO O FAÇO É PRESENCIALMENTE COM O MEU CIRCULO MAIS PRÓXIMO
- a. **(Caso utilize plataformas online) A partir de que locais, e tipo de aparelhos, costuma aceder a estas plataformas?**
NÃO UTILIZO
- 4. **Como classificaria o seu interesse pelo tema?**
GRANDE
- a. **E qual é a importância que acha que este assume, a nível social?**
IMPORTÂNCIA GRANDE QUANDO A POLÍTICA É DESENVOLVIDA A FAVOR DAS PESSOAS
- b. **Olhando para o surgimento do seu interesse pelo tema, como diria que ele surgiu? Considera que existiu algum ator chave? (associações, família, amigos, escola, etc)**
MAIS DENTRO DA ASSOCIAÇÃO
- b. **Dentro da política quais são as áreas que mais atenção lhe chamam?**
GERAL
- 5. **Quão confiante se diria nas instituições políticas? (como o governo, o poder local,etc)**
DEPENDE DOS POLÍTICOS E DAS POLÍTICAS
- 6. **Quão satisfeito se diria como funcionamento do sistema político português?**
SATISFAÇÃO MEDIANA
- 7. **Alguma vez sentiu alguma dificuldade em participar politicamente?**
VÁRIAS VEZES... A BARREIRA DA COMUNICAÇÃO
- 8. **Quão fácil acredita ser para cidadãos comuns, como o senhor(a), influenciarem ou provocarem decisões políticas?**
PESSOALMENTE SINTO SER IMPOSSÍVEL
- 9. **Alguma vez participou numa manifestação ou uma greve?**
SIM
- a. **Quando foi a última vez que o fez?**
40 ANOS ATRÁS
- 10. **E alguma vez assinou um abaixo-assinado ou petição?**
SIM
- a. **Quando foi a última vez que o fez?**
NÃO RECORDO
- b. **Fê-lo presencialmente ou online?**
PRESENCIALMENTE

11. Alguma vez deixou de frequentar, de participar ou de comprar algo por uma questão de protesto face à entidade produtora?
SIM
12. Participou de algum movimento cívico ou partido político nos últimos 12 meses?
NÃO
13. Para além da ASP, frequenta ou participa de mais alguma associação? (Pode ser cultural, local, uma ONG, ou algo do género)
SIM
- a. (Se sim) O que tem por hábito fazer lá?
DIRETOR OU ASSOCIADO COLABORANDO NAS MESMAS
14. No seu percurso pessoal, quão importante considera que a ASP foi? Considera-a importante em alguma dimensão em particular?
CLARO SOU CO-FUNDADOR E DESEJO O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE SURDA
15. Quanto ao cargo que ocupa atualmente na ASP, o que o levou a assumi-lo?
POR SENTIR SER MEU DEVER AJUDAR A RESOLVER OS PROBLEMAS QUE A MESMA TINHA/TEM
- a. Quais os temas-chave que procura trabalhar ou abordar no seu trabalho?
OS NECESSÁRIOS AO TRABALHO EM EQUIPA
- b. E quais diria que são os feitos mais importantes ou notáveis que a Associação conseguiu alcançar, até agora?
TODOS OS QUE POSSIBILITARAM O DESENVOLVIMENTO DA MESMA COMO UMA INSTITUIÇÃO DA REFERÊNCIA

Entrevista nº3 – Transcrição

Caraterização Socio-Demográfica:

1. **Sexo:**
Masculino
2. **Em que ano nasceu?**
1951
4. **Em que país nasceu?**
Portugal
5. **Qual a sua naturalidade?**
Cedofeita-Porto
6. **Há quanto tempo reside na atual área de residência?**
31 anos
- a. **Qual é?**
Freguesia e Concelho de Valongo
7. **Qual o nível de escolaridade mais alto que completou?**
Licenciatura
8. **Qual o nível de escolaridade mais alto que os seus pais completaram?**
Antiga escolaridade obrigatória (4.ª classe)
9. **Encontra-se a trabalhar neste momento?**
Sim e não (reformado da banca trabalho por conta própria)
- d. **Em part-time ou full time?**
Full-time
- e. **É trabalhador por conta própria ou por conta de outrem?**
Conta própria
- f. **Em que área?**
Gestor de projetos de formação profissional para Pessoas surdas (POISE/FSE)

Experiência Social da Deficiência:

1. **É surdo desde que nasceu ou sofreu de perda auditiva posterior?**
Pós-locutivo
- a. **(Se posterior) Em que idade?**
13 anos
2. **É fluente em LGP?**
Sim
3. **Como definiria a influência que a incapacidade auditiva teve, se é que teve, na sua vida até agora?**
Quanto ao lidar com a minha surdez mentalizei-me fortemente para “eu não posso aprender a ouvir, a Sociedade poderá aprender a LGP, por isso o problema é “deles” (ouvintes) que se esforcem para comunicar comigo da forma que melhor entenderem”. Claro que eu também me esforço. Tive de superar-me mesmo, mas foi um desafio que consegui vencer, apesar da Barreira da comunicação e do que eu costumo referir como “surdez mental da Sociedade para com as Pessoas surdas.
4. **Alguma vez se sentiu discriminado ou ‘em desvantagem’ face a outros cidadãos?**
 - a. **Em que tipo de situações concretamente?**
Confesso que inúmeras vezes senti, sinto e sei que no futuro sentirei discriminação/exclusão social. Mas também considero que a maior parte dessa discriminação/exclusão é feita de forma involuntária por parte da Sociedade. Falta de consciencialização, falta de sensibilização, falta de informação, relativamente à comunidade surda, à sua língua, à sua cultura e suas formas de viver e de estar no mundo. As Instituições de Pessoas Surdas fazem o possível para que esta situação seja corrigida mas sem a colaboração e a disponibilidade dos poderes públicos e da Sociedade continuarão a existir situações de discriminação, voluntárias (poucas) e involuntárias.
 - b. **Como se desenvolveram/resolveram essas situações?**
Caso a caso lá se foram resolvendo.... com mais ou menos dificuldade.

Hábitos de consumo de informação mediatizada pelos meios de comunicação social:

1. **Tem por hábito ver televisão ou ler jornais? Se sim, qual o formato ou plataforma que costuma preferir?**
(online ou tradicional)
Tradicional na TV e online nos
- b. **Com que frequência?**
Diariamente
2. **Que tipo de canais/conteúdos/títulos costuma preferir ver ou ler?**
De tudo, dependendo do horário
- a. **Porquê?**
Gosto de me informar bem assim como aproveitar o lazer que a Tv nos pode proporcionar
- b. **Alguma vez sentiu alguma dificuldade em perceber o que está a passar ou a ler?**
Sim
 - i. **Concretamente, quais foram/são essas dificuldades?**
Apenas na TV a dificuldade de Acesso à informação
 - c. **Quais seriam as soluções que sugeriria para as resolver?**
Mais e mais e mais programas traduzidos em LGP mas, essencialmente, legendagem ou teletexto em todos!
3. **Diria que a existência, ou não, de ferramentas como a legendagem ou tradução em Língua Gestual Portuguesa têm um peso preponderante na sua decisão de assistir ou visualizar um conteúdo?**
Sim, dependendo do programa
- c. **Nos casos em que estas ferramentas existem, qual o grau de qualidade que lhes atribui?**
Legendagem normal (excelente)
Teletexto (fraquinho)
LGP (a qualidade depende sempre do tamanho da imagem, do contexto, da qualidade e profissionalismo dos intérpretes)

4. Tem por hábito ler notícias ou assistir a programas de informação?

Sim, aliás já o referi atrás

a. Onde tem por hábito encontrá-las? (redes sociais, meios online, meios televisivos, imprensa....)

Procuro em todo o lado onde seja possível ter bom acesso

d. Se sim, procura informar-se sobre algum tema em específico?

Tudo me interessa

e. Tem por hábito assistir ou ler notícias sobre a política nacional ou internacional?

Sim é uma área que me diz muito, pois tudo na nossa vida gira à volta da política, seja pessoal ou coletiva.

i. Tem interesse em ver (procura ver), ou vê “por ver”?

Procuro mesmo ter Acesso

5. Quão informado se sente sobre o panorama político?

Pessoalmente sinto-me bem informado, não apenas por ser deputado municipal mas, e também, pelo gosto e curiosidade que sempre me provocou a política. Aliás já o fazia no período antes 25 de abril, comecei a “fazer política” um simples miúdo de 15 anos...

a. Quais acha que são as principais razões para isso?

Familiares de esquerda antes do 25 de abril que me “incutiram o bicho”. A minha surdez também teve influência pois sempre lutei, luto e lutarei por uma Sociedade mais inclusive e equitativa e prezo a minha cidadania de democrata.

Participação e Socialização política

1. Votou nas últimas eleições?

Desde as primeiras eleições pós-25 de Abril (1976) nunca faltei a uma eleição. Uma curiosidade: jamais votei em branco ou nulo ☺

2. Costuma discutir política (com amigos, com a família, em fóruns, redes sociais, etc)?

Sou viciado, mesmo

3. Tem por hábito fazê-lo presencialmente, dentro do seu círculo mais próximo, por exemplo, ou utiliza (também) outras plataformas? (redes sociais, blogs, etc)

Pessoalmente e através das plataformas possíveis.

a. (Caso utilize plataformas online) A partir de que locais, e tipo de aparelhos, costuma aceder a estas plataformas?

Onde me seja possível mas principalmente em casa

4. Como classificaria o seu interesse pelo tema?

Superior

b. E qual é a importância que acha que este assume, a nível social

Relevante

c. Olhando para o surgimento do seu interesse pelo tema, como diria que ele surgiu? Considera que existiu algum ator chave? (associações, família, amigos, escola, etc)

Já referi atrás mas repito: Família, Associações, escola, amigos e... a minha surdez!

d. Dentro da política quais são as áreas que mais atenção lhe chamam?

Sociedade inclusiva. Mais Inclusão, Inclusão, Inclusão

5. Quão confiante se diria nas instituições políticas? (como o governo, o poder local, etc)

Vai variando conforme os principais atores e as políticas desenvolvidas.

6. Quão satisfeito se diria com o funcionamento do sistema político português?

Já o referi na questão anterior

7. Alguma vez sentiu alguma dificuldade em participar politicamente?

Sim, maldita Barreira da comunicação

8. Quão fácil acredita ser para cidadãos comuns, como o senhor(a), influenciarem ou provocarem decisões políticas?

Sozinho dificilmente consigo, agrupados mais fácil se torna tal influência.☺ No entanto creio que já consegui ajudar a determinadas mudanças, seja a nível local ou nacional.

10. Alguma vez participou numa manifestação ou uma greve?

Claro.

a. Quando foi a última vez que o fez?

Manifestações de rua confesso não ser muito adepto. Greves fiz sempre enquanto fui trabalhador por conta de outrem, fosse como funcionário gráfico ou executivo bancário.

b. E alguma vez assinou um abaixo-assinado ou petição?

Inúmeras vezes

c. Quando foi a última vez que o fez?

Na semana passada

d. Fê-lo presencialmente ou online?

Online

e. Alguma vez deixou de frequentar, de participar ou de comprar algo por uma questão de protesto face à entidade produtora?

Muitas vezes tomei essa atitude.

f. Participou de algum movimento cívico ou partido político nos últimos 12 meses?

Desde há muitos anos que o faço.

11. Para além da ASP, frequenta ou participa de mais alguma associação? (Pode ser cultural, local, uma ONG, ou algo do género)

Sim

a. (Se sim) O que tem por hábito fazer lá?

Na maior parte sou elemento ligado aos órgãos sociais. Em várias sou fundador. Numa sou associado há 51 anos e noutra associado há 62 anos (sim tinha 4 anos quando me inscreveram associado e lá continuo...)

12. No seu percurso pessoal, quão importante considera que a ASP foi?

Muito importante

a. Considera-a importante em alguma dimensão em particular?

A Solidariedade. Pagnar pelo coletivo.

b. Quanto ao cargo que ocupa atualmente na ASP, o que o levou a assumi-lo?

O amor à camisola e o carinho que uma instituição que fundei e fiz crescer obrigou-me a tal numa hora má para a ASPorto.

c. Quais os temas-chave que procura trabalhar ou abordar no seu trabalho?

Liderar e gerir bem, na procura dos benefícios coletivos que os objetivos da ASPorto, quando e se atingidos, podem trazer à Comunidade surda

d. E quais diria que são os feitos mais importantes ou notáveis que a Associação conseguiu alcançar, até agora?

Tantos, tantos... uns bem visíveis, outros menos visíveis, e uns tantos invisíveis. No entanto são feitos que temos de considerar importantes para a capacitação das Pessoas surdas na sua autonomia e Inclusão, sempre com as ferramentas aconselhadas a tal.

ANEXO E: MODELO DE ANÁLISE

Participação Política	Práticas	Eleitoral (47)	Associativismo (49; 48;51)		
			Protesto (48)	Online (22)	
				Não online	
				Online (22)	
				Não online	
	Atitudes e Valores	Não Eleitoral	Novas formas de Participação Política (48)		
		Citizenship norms (50)			
		Valorização/Importância dada (39)			
		Confiança no sistema e instituições políticas (44;45;46)			
		Sentimento de capacidade e proximidade da ação política(41;42;43;44)			
Socialização Política	Práticas	Satisfação (52)			
		Procura de informação (29.1;30.1;31.1)			
		Participação no debate Político nas várias dimensões do Espaço Público (40)			
			Hábitos e valores de participação e socialização política do ambiente familiar (53)	Participação Eleitoral	
				Existência de espaço de debate político	
	Atitudes e Valores			Importância atribuída à temática pelo ambiente familiar (54)	
				No grupo de pares	
				Em Ambiente Escolar	
				Em Ambiente Associativo	
			Background		
Acessibilidade	Práticas	Frequência (29;30;31)			
	Atitudes e Valores	Temáticas privilegiadas/preferidas (33)			
		Importância dada (34)			
		Confiança nos meios (35.1)			
		Relação com os meios (34)			
		Prioritização de alguns órgãos/tipo de conteúdos em função de outros (37)			
Práticas	Sentimento de informação(35)				
	Condições oferecidas pelos media				
	Procura por parte dos consumidores (36;37)				
	Condições legisladas				
	Importância dada pelos consumidores (34)				
Experiência da Deficiência	Condição Física da Deficiência	Qualidade atribuída pelos consumidores à legendagem e intérprete disponibilizadas			
	Experiência Social da deficiência	Estado Civil(13)			
		Rendimento (10)			
			Frequência (16)		
			Locais de acesso (17)		
			Tipos de TIC (18)		
Background socio-cultural		Presença e uso de redes sociais (21;22)			
		Habilitações literárias dos pais (7)			
		Rendimentos médios dos pais (11)			
		Acessibilidade/envolvimento com a comunidade surda durante adolescência e infância (27)	Envolvimento/pretença a Associações como APS		
		Acessibilidade a TIC durante infância e adolescência (19)	Convívio com amigos ou familiares surdos		
			Locais de acesso (20)		
Experiência da Deficiência	Condição Física da Deficiência	Grau de incapacidade auditiva (23)			
		Origem temporal da incapacidade (24)			
	Experiência Social da deficiência	Sentimento/vivência de situações de discriminação (25)			
		Conhecimento de mecanismos legais de proteção (26)			
		Associativismo relacionado com a incapacidade auditiva (28)	Condição de membro		
		Importância dada ao papel das associações			